



**FORMULÁRIO
DE
REFERÊNCIA**

Electro Aço Altona S/A

Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ n.º 82.643.537/0001-34 – IE n.º 250.043.106
Rua Eng.º Paul Werner, 925
CEP 89030-900 – Blumenau – SC

Data base: 31 de dezembro de 2010

Conforme Anexo 24 da Instrução CVM n.º 480 de 7 de dezembro de 2009

CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE ESTE FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

Este Formulário de Referência é elaborado com base na Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) n.º 480, de 7 de dezembro de 2009 (“Instrução CVM 480/09”).

A data de última atualização deste Formulário de Referência não significa, necessariamente, que este documento teve todas as suas informações atualizadas até tal data, mas que algumas ou todas as informações nele contidas foram atualizadas conforme o Artigo 24 caput da Instrução CVM 480/09 e seus parágrafos 1º, 2º e 3º.

Este Formulário de Referência não se caracteriza como um documento de oferta pública de valores mobiliários da Companhia, bem como não constitui uma oferta de venda ou uma solicitação para oferta de compra de títulos e valores mobiliários no Brasil ou em qualquer outra jurisdição.

1. DECLARAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS PELO CONTEÚDO DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

1.1. Declaração

Cacídio Girardi, na qualidade de Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores da **Electro Aço Altona S/A**, sociedade por ações devidamente constituída e validamente existente de acordo com as leis do Brasil, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 82.643.537/0001-34 (“Companhia”), nos termos do item I do Anexo 24, da Instrução CVM 480/09, declara que:

- i) reviu o presente Formulário de Referência (“Formulário de Referência”);
- ii) todas as informações contidas neste Formulário de Referência atendem ao disposto na Instrução CVM 480/09, em especial aos artigos 14 a 19; e
- iii) o conjunto de informações contidas neste Formulário de Referência é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

2. AUDITORES

Identificação dos Auditores

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010

Razão Social: Ernst & Young Terco Auditores Independentes SS

CNPJ: 61.366.936/0010-16

Nome da pessoa responsável: Sr. Marcos Antonio Quintanilha

CPF/MF: 006.840.298-80

Telefone: (0xx47) 2123-7600

Fax: (0xx47) 2123-7619

E-mail: Marcos.A.Quintanilha@br.ey.com

Data de Contratação dos Serviços: 14 de Abril de 2010

Descrição dos Serviços Contratados: Auditoria das demonstrações financeiras de 31/12/2010 e revisão das informações trimestrais de 30/06 e 30/09.

Eventual Substituição do Auditor: Não houve.

Justificativa da Substituição: Não aplicável.

Eventuais razões apresentadas pelo auditor em discordância da justificativa do emissor para sua substituição, conforme regulamentação da CVM específica a respeito da matéria: Não aplicável.

Trimestre encerrado em 31 de março de 2010

Razão Social: Actus Auditores Independentes S/S

CNPJ: 83.794.925/0001-89

Nome da pessoa responsável: Sr. Oldoni Pedro Floriani

CPF/MF: 180.548.039-15

Telefone: (0xx47) 3326-1811

Fax: (0xx47) 3322-7725

E-mail: oldoni@actusauditores.com.br

Data de Contratação dos Serviços: 14 de Dezembro de 2009

Descrição dos Serviços Contratados: Revisão das informações trimestrais de 31/03/10.

Eventual Substituição do Auditor: Houve.

Justificativa da Substituição: Em cumprimento ao artigo 28 da Instrução da CVM 308/99, e por decisão do conselho de administração optou-se em contratar outra empresa de auditoria independente.

Eventuais razões apresentadas pelo auditor em discordância da justificativa do emissor para sua substituição, conforme regulamentação da CVM específica a respeito da matéria: Não aplicável.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009

Razão Social: Actus Auditores Independentes S/S

CNPJ: 83.794.925/0001-89

Nome da pessoa responsável: Sr. Oldoni Pedro Floriani

CPF/MF: 180.548.039-15

Telefone: (0xx47) 3326-1811

Fax: (0xx47) 3322-7725

E-mail: oldoni@actusauditores.com.br

Data de Contratação dos Serviços: 14 de Dezembro de 2008

Descrição dos Serviços Contratados: Auditoria das demonstrações financeiras de 31/12/2009 e revisão das informações trimestrais de 31/03, 30/06 e 30/09/2009;

Eventual Substituição do Auditor: Não houve.

Justificativa da Substituição: Não aplicável.

Eventuais razões apresentadas pelo auditor em discordância da justificativa do emissor para sua substituição, conforme regulamentação da CVM específica a respeito da matéria: Não aplicável.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008

Razão Social: Actus Auditores Independentes S/S

CNPJ: 83.794.925/0001-89

Nome da pessoa responsável: Sr. Oldoni Pedro Floriani

CPF/MF: 180.548.039-15

Telefone: (0xx47) 3326-1811

Fax: (0xx47) 3322-7725

E-mail: oldoni@actusauditores.com.br

Data de Contratação dos Serviços: 30 de Outubro de 2008

Descrição dos Serviços Contratados: Auditoria das demonstrações financeiras de 31/12/2008 e revisão das informações trimestrais de 31/03, 30/06 e 30/09/2008.

Eventual Substituição do Auditor: Não houve.

Justificativa da Substituição: Não aplicável.

Eventuais razões apresentadas pelo auditor em discordância da justificativa do emissor para sua substituição, conforme regulamentação da CVM específica a respeito da matéria: Não aplicável.

2.2. Informar montante total de remuneração dos auditores independentes no último exercício social, discriminando os honorários relativos a serviços de auditoria e os relativos a quaisquer outros serviços prestados.

Referente os ITR's 30/06/10 e 30/09/10, bem como o encerramento do exercício social de 31 de dezembro de 2010, os auditores independentes Ernest & Young Terco receberam honorários que totalizaram o valor de R\$ 98 mil, não havendo mais verba para outros serviços.

No período social encerrado em 31 de Março de 2010 referente a revisão do ITR de 31/03/2010, os auditores independentes da empresa Actus, receberam honorários no valor de R\$ 25 mil, não havendo mais verba para outros serviços.

2.3. Outras Informações que a Companhia julga relevantes

Não existem outras informações relevantes sobre este item “2”.

3. INFORMAÇÕES FINANCEIRAS SELECIONADAS

3.1. Informações financeiras selecionadas

	Exercício Social encerrado em - R\$ mil		
	2010	2009	1 de Janeiro de 2009
Patrimônio Líquido	45.809	39.882	37.345
Total do Ativo	237.963	235.291	271.634
Receita Líquida	145.891	123.097	(*)
Lucro bruto	35.090	31.721	(*)
Lucro líquido (prejuízo)	5.927	2.537	(*)
Número de Ações, ex-tesouraria	2.250	2.250	2.250
Valor Patrimonial por Ação (em R\$)	20,36	17,73	16,60
Lucro líquido (prejuízo) por Ação (em R\$)	2,63	1,13	(*)

(*) A Companhia adotou a data de 01/01/2009 para transição da normas internacionais da contabilidade, desta forma as informações relativas ao resultado de 2008 não foram preenchidas pelo fato de não serem comparáveis.

3.2. Medições não contábeis

a. Valor das medições não contábeis e b. Conciliação entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

Em R\$ mil	2010	2009
(=)Resultado Antes do IR/CS	7.921	3.593
(+)Depreciações	8.091	8.666
(+)Amortizações	493	491
(+)Despesas Financeiras	9.257	14.772
(-)Receitas Financeiras	1.963	2.947
(=) EBITDA	23.799	24.525
(/) Receita líquida	145.891	123.097
(=) Margem EBITDA (%)	16%	20%

A Companhia adotou a data de 01/01/2009 para transição da normas internacionais da contabilidade, desta forma as informações relativas ao resultado de 2008 não foram preenchidas pelo fato de não serem comparáveis.

c. Motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

Utilizamos como medida não contábil o EBITDA, com o fim de apresentar uma medida do nosso desempenho econômico operacional, calculada observando as disposições do Ofício Circular CVM nº 01/2006 e que consiste no resultado antes do imposto de renda e da contribuição social acrescido de resultado financeiro líquido e depreciação e amortização.

O EBITDA não é reconhecido pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, IFRS (Normas Internacionais de Contabilidade – “International Financial Reporting Standards”) e/ou US GAAP e não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como base para distribuição de dividendos, alternativa para o lucro líquido como indicador do desempenho operacional ou para o fluxo de caixa ou, ainda, como indicador de liquidez, tampouco é um indicador de desempenho. O EBITDA não possui um significado padrão e a nossa definição de EBITDA não pode ser comparada com o EBITDA apresentado por outras companhias.

3.3. Eventos subsequentes a 31 de dezembro de 2010

A companhia não tem eventos subsequentes relevantes para este Formulário de Referência.

3.4. Descrever a política de destinação dos resultados dos 3 últimos exercícios sociais

	2010	2009	2008
Regras Sobre Retenção de Lucro	Nos termos da Lei das Sociedades por Ação, nossos acionistas, poderão deliberar, em Assembléia Geral e por proposta da Administração, a retenção de parte do Lucro Líquido para ser usado como Investimento de nossa Companhia.	Nos termos da Lei das Sociedades por Ação, nossos acionistas, poderão deliberar, em Assembléia Geral e por proposta da Administração, a retenção de parte do Lucro Líquido para ser usado como Investimento de nossa Companhia.	Nos termos da Lei das Sociedades por Ação, nossos acionistas, poderão deliberar, em Assembléia Geral e por proposta da Administração, a retenção de parte do Lucro Líquido para ser usado como Investimento de nossa Companhia.
Regras Sobre Distribuição de Dividendos	O Estatuto Social da Companhia prevê que pelo menos 25% do Lucro Líquido ajustado, seja, anualmente, distribuídos aos acionistas a título de dividendos obrigatórios	O Estatuto Social da Companhia prevê que pelo menos 25% do Lucro Líquido ajustado, seja, anualmente, distribuídos aos acionistas a título de dividendos obrigatórios	O Estatuto Social da Companhia prevê que pelo menos 25% do Lucro Líquido ajustado, seja, anualmente, distribuídos aos acionistas a título de dividendos obrigatórios
Periodicidade	Anual	Anual	Anual

das Distribuições de Dividendos			
Restrições à distribuição de Dividendos	Não Aplicável	Não Aplicável	Não Aplicável

3.5. Distribuições de dividendos e retenções de lucro ocorridas nos 3 últimos exercícios sociais.

Não houve distribuição de dividendos relativos aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 2008, deliberando-se em Assembléia Geral de Acionistas da Companhia a destinação do lucro líquido dos períodos para absorção de prejuízos acumulados.

3.6. Informar se, nos 3 últimos exercícios sociais, foram declarados dividendos a conta de lucros retidos ou reservas constituídas em exercícios sociais anteriores

Nos últimos três exercícios sociais, não foram declarados pela Companhia dividendos a conta de lucros retidos ou reservas constituídas em exercícios sociais anteriores.

3.7. Em forma de tabela, descrever o nível de endividamento da Companhia Em 31 de dezembro de 2010

- a. Montante total de dívida, de qualquer natureza e b. Índice de endividamento**

Descrição	R\$ mil 31/12/2010
Passivo circulante	40.282
(+) Passivo não circulante	151.872
(=) Endividamento	192.154
(/) Patrimônio Líquido	45.809
(=) Índice de endividamento	4,19

b. Outro índice de endividamento

i. Método utilizado para calcular o índice

Descrição	R\$ mil 31/12/2010
Obrigações com instituições financeiras – circulante	14.325
(+) Obrigações com instituições financeiras e outros – não circulante	18.441
(+) REFIS – circulante	2.348
(+) REFIS – não circulante	97.275
(+) Leasing – circulante	949
(+) Leasing – não circulante	926
(=) Total do endividamento	134.264
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(16.206)
(=) Endividamento líquido	118.058
(/) EBITDA do ano de 2010	23.799
(=) Nível de Alavancagem	4,96

ii. Motivo pelo qual entende que este índice é apropriado para a correta compreensão da situação financeira e do nível de endividamento da Companhia

Este índice representa de forma mais apropriada o nível relativo de endividamento da Companhia líquido de sua capacidade imediata de pagamento.

3.8. Em forma de tabela, separando por dívidas com garantia real, dívidas com garantia fluante e dívidas quirografárias, indicar o montante de obrigações da Companhia de acordo com o prazo de vencimento.

Garantia Período	R\$ mil				Total
	a. inferior a 1 ano	b. superior a 1 ano e inferior a 3 anos	c. superior a 3 anos e inferior a 5 anos	d. superior a 5 anos	
Real	19.498	24.947	6.436	120.489	171.370
Flutuantes	-	-	-	-	-
Quirografárias	20.784	-	-	-	20.784
Total	40.282	24.947	6.436	120.489	192.154

3.9. Outras informações relevantes

Não existem outras informações relevantes sobre este item.

4. FATORES DE RISCO

Em um panorama global, o investidor em Ações envolve seus recursos em um grau de risco alto. Os riscos que achamos relevantes descritos abaixo, os investidores devem considerar cuidadosamente, antes de tomar uma decisão de investimento. Nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais podem ser afetados de maneira adversa por quaisquer desses riscos. O preço de mercado das nossas Ações pode diminuir devido a quaisquer desses riscos ou a outros fatores, e os investidores podem vir a perder parte substancial ou todo o seu investimento. Os riscos descritos abaixo são aqueles que atualmente acreditamos que poderão nos afetar de maneira adversa, podendo riscos adicionais e incertezas atualmente não conhecidos por nós, ou que atualmente consideramos irrelevantes, também prejudicar nossas atividades de maneira significativa.

Para os fins da presente seção, exceto se expressamente indicado ou se o contexto assim o requerer, a indicação de que um risco, incerteza ou problema pode ter ou terá um “efeito adverso para nós” significa que o risco, incerteza ou problema pode ter ou terá um efeito adverso nos nossos negócios, condições financeiras, liquidez, resultados de operações, futuros negócios e/ou valor das nossas ações

4.1. Fatores de Risco que possam influenciar a decisão de investimento relacionados:

a. Nós

Nosso talento de implementar as principais iniciativas de crescimento que fazem parte de nossa estratégia depende de uma série de fatores, dentre os quais nossa capacidade de:

- 1- proteger e fortalecer nossas marcas, qualidade e inovação de nossos produtos;
- 2- atingir taxas sustentáveis de crescimento e rentabilidade em nossos mercados atuais.
- 3 - identificar com êxito oportunidades em novos mercados;
- 4- a identificação de novas tecnologias e a fabricação de produtos que respondam às demandas atuais do mercado;
- 5- investir na eficiência operacional a partir da plataforma de infra-estrutura já instalada; e 6- continuar a expansão de nossa unidade em uma planta mais moderna, para atendimento de aos clientes de peças denominação repetitivas .
- 7 – investir na expansão e adequação em uma planta sustentável.

Não podemos assegurar que quaisquer destes objetivos serão realizados com êxito e por completo. Se não conseguirmos identificar com sucesso as demandas do mercado, se qualquer um de nossos produtos tiver problemas de qualidade, se nossos competidores tiverem propriedade técnicas e intelectual que nos impeça de oferecer produtos mais competitivos para nossos consumidores, poderemos ter dificuldades em fabricar produtos atraentes para nossos clientes. Qualquer impacto no desenvolvimento de produtos poderá causar um efeito adverso nas nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

Os segmentos de mercado em que atuamos são competitivos e enfrentamos concorrência de outras companhias, de pequeno e grande porte, com presença tanto nos mercados nacional quanto internacional. Estas empresas oferecem produtos nos segmentos em que atuamos, que competem com a boa parte de nossas linhas de produtos. Contando que, podem oferecer preços mais baixos que os nossos, o que poderá resultar na diminuição do volume de nossas vendas e/ou fazer com que tenhamos que reduzir nossos preços, o que poderá resultar em margens menores. Qualquer um destes fatores poderá causar um efeito material adverso nas nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

No intuito de implementar nossa estratégia de negócio, a presença de profissionais da nossa alta administração e do Conselho de Administração é essencial para que possamos contar com a vasta experiência em darmos continuidade no projeto de expansão. A mudança dessas pessoas poderá afetar significativamente nosso crescimento, causando um efeito material adverso nas nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

Incêndios ou outros desastres podem afetar nossa produção, instalações e estrutura de custos, o que poderia causar um efeito material adverso nas nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais. Incêndios, danos causados por desastres naturais ou danos ambientais podem danificar nossa produção ou instalações, matérias-primas e estoques. Interrupções no fornecimento de energia elétrica ou gás natural podem implicar em aumentos significativos nos nossos custos, o que poderia causar um efeito material adverso nas nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais. A ocorrência deste tipo de sinistros pode não estar integralmente coberta por nossas apólices de seguros e pode vir a causar um efeito material adverso para nós.

Nossos contratos financeiros e outros instrumentos representativos de dívidas possuem obrigações específicas, sendo que qualquer inadimplemento dessas obrigações poderá causar um efeito material adverso para nós. Em 31 de dezembro de 2010, o valor da nossa dívida financeira era de R\$ 134,3 milhões onde a representatividade de R\$ 99,6 milhões se refere ao REFIS (Programa de Recuperação Fiscal – RFB). Nossos ativos e fluxo de caixa podem não ser suficientes para pagar integralmente o saldo devedor de nossas obrigações.

Por estarmos instalado em perímetro urbano, estamos a mercê de ações públicas em função de denúncias espontâneas das pessoas que residem aos arredores da Companhia, onde alegam a poluição atmosférica e sonora, causado pela emissão de poluentes. Ações estas que pode causar um efeito material adverso nas nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais. Estamos investindo massivamente para que se minimize este risco. Cientes de tal impacto, a administração da Companhia, alinhado ao plano diretor gerido pelo conselho de administração, adquiriu no final de 2008 um terreno no município de Barra Velha, neste estado, para expansão de um moderno parque fabril, objetivando uma produção mais limpa, assim, a diminuição significativa do risco de ações públicas.

b. ao Nosso Controlador

Nosso Acionista Controlador tem poderes para, entre outras coisas, na maioria eleger membros de nosso Conselho de Administração e determinar o resultado de deliberações que exijam aprovação de acionistas. Nosso Acionista Controlador poderá ter interesse em realizar aquisições, alienações de ativos, parcerias, ou operações similares que podem ser conflitantes com os interesses dos nossos investidores e causar um efeito material adverso para nós.

c. aos Nossos Acionistas

O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, tal como o Brasil, envolve, com frequência, maior risco em comparação a outros mercados mundiais, sendo tais investimentos considerados, em geral, de natureza mais especulativa. O mercado brasileiro de valores mobiliários é substancialmente menor, menos líquido e mais concentrado, podendo ser mais volátil do que os principais mercados de valores mobiliários mundiais.

De acordo com a Lei de Sociedades por Ações e com nosso Estatuto Social, nossos acionistas fazem jus a um dividendo mínimo de pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) de nosso lucro líquido anual, após a dedução dos prejuízos acumulados e provisão imposto de renda, e também as deduções das participações a administradores conforme determinado.

O capital social poderá ser aumentado nos termos do Artigo n.º 168 da Lei 6.404/76, mediante deliberação do Conselho de Administração, até o limite máximo de 2.925 mil de ações, podendo emitir até 675 mil ações preferenciais da mesma classe existente.

A captação de recursos adicionais por meio de uma oferta de ações poderá diluir a participação acionária dos investidores em nossa Companhia.

d. às Nossas Controladas e Coligadas

Os riscos relacionados às controladas e coligadas são baseados no controle acionário da companhia.

e. aos Nossos Fornecedores

Nossas principais matérias-primas utilizadas na produção, sucata, ferro liga, materiais secundários, serviços de terceiros a pessoas jurídicas, gastos gerais, representam mais de 62% de nosso custo de produção, fator este que a falta e/ou o não fornecimento desses itens principais, poderão causar um efeito material adverso nas nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais. Os preços das nossas matérias-primas são influenciados por fatores sob os quais alguns, temos pouco ou nenhum controle.

f. aos Nossos Clientes

Nossos principais Clientes na sua ordem de grandeza são multinacionais, exigindo um grau elevado de complexibilidade em diferentes seguimentos de mercado, em nosso fornecimento dos produtos. Atuamos no fornecimento de produtos para Clientes de geração de energia tanto natural como nuclear. A atuação neste mercado é cercado de contratos de fornecimentos com exigências de qualidades, prazos de entregas, garantias de funcionamento no mais alto grau, impactando assim o não cumprimento desta cláusulas firmadas entre Nos e os Clientes, podendo causar um efeito material adverso nas nossas atividades.

g. aos setores da economia em que atuamos

A Companhia atua junto a diversos setores da economia: mineração, petroquímico, petrolífero, de energia (termogeração, hidrogeração e nuclear), transporte pesado e off-road. Por não ser especializada em um único setor da economia, os riscos são mitigados.

Mesmo assim, a Companhia não está imune aos humores do mercado e, por tal motivo, tem procurado exercer um alto grau de agilidade nas adequações da empresa, respondendo prontamente as mudanças econômicas e assim evitando possíveis prejuízos. Devido a crise econômica do biênio 2008-2009, a Companhia teve que adotar rapidamente medidas para contenção de despesas, demissões e renegociação com fornecedores.

Se a Companhia não for capaz de responder eficazmente a tais mudanças, o ritmo de crescimento de suas vendas poderá diminuir ou será ainda obrigada a ter que reduzir os preços, o que poderá adversamente afetar nossos resultados.

h. à regulação dos setores em que atuamos

Estamos sujeitos a inúmeras leis e regulamentos locais, estaduais e federais, bem como certificações para fornecimento de produtos aos nossos Clientes no mercado interno e externo. A manutenção periódica através estudos e índices, onde qualquer mudança significativa em tais exigências ou nossa inabilidade para atendê-las, ou aumentar nossos custos, o que poderá causar um efeito material adverso nas nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

Ainda que não sejam criados novos tributos ou majoradas as alíquotas dos tributos existentes incidentes sobre a mão de obra, faturamento de nossos produtos, há o risco de que uma reforma tributária ou na legislação que impeça, interrompa ou modifique a carga tributária interna, dificultado o repasse, bem como qualquer suspensão, vencimento antecipado, ou incapacidade de pagamento dos tributos, poderiam causar um efeito material adverso nas nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

Nossas atividades estão sujeitas a abrangente legislação federal, estadual e municipal relativa à proteção do meio ambiente. O cumprimento desta legislação é fiscalizado por

órgãos e agências governamentais, onde que tais descumprimentos podem incluir, entre outras, a imposição de multas, a revogação de licenças e até mesmo a suspensão temporária ou definitiva de nossas atividades.

Como as leis ambientais e sua aplicação vêm se tornando mais rigorosas, o valor e a época de gastos de capital e despesas relativos ao meio ambiente poderão variar significativamente em relação à respectiva previsão atual. Os dispêndios necessários para atendimento à legislação ambiental poderão acarretar reduções de outros investimentos estratégicos que tenhamos planejado, e o conseqüente declínio de nossos lucros. Quaisquer custos ambientais relevantes não previstos poderão prejudicar de modo relevante nosso negócio, resultados operacionais, condição financeira ou perspectivas.

i. aos países estrangeiros onde atuamos

A Companhia não possui capital estrangeiro, seja na forma de participação acionária, *joint-ventures* ou qualquer outro tipo de operação. Tampouco possui filial ou operação industrial de qualquer natureza no exterior.

Os únicos fatores de risco à Companhia relacionados a outros países são os de mercado, sempre sujeitos a alterações da economia mundial, como foi o caso do biênio 2008-2009. A Companhia não possui clientes diretos em área de guerras ou conflitos internos.

4.2. Eventuais expectativas da Companhia de redução ou aumento na exposição a riscos relevantes acima mencionados

A Companhia tem como prática a análise constante dos riscos aos quais está exposta e que possam afetar seus negócios, situação financeira e os resultados das suas operações de forma adversa. Efetuamos constantemente monitoramento das mudanças no cenário macro-econômico e setorial que possam influenciar em nossas atividades, através de acompanhamento dos principais indicadores de performance. A Companhia adota política de foco contínuo na disciplina financeira e na geração de caixa. A curto prazo, a Companhia não identifica cenário de aumento ou redução dos mencionados riscos no item “4.1”, tanto para o mercado interno como externo.

4.3. Processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que a Companhia ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis e outros: (i) que não estejam sob sigilo, e (ii) que sejam relevantes para os negócios da Companhia ou de suas controladas

A Companhia é parte passiva em processos judiciais e administrativos de natureza cível, fiscal-tributária, trabalhista e ambiental, sendo os principais abaixo relacionados.

Natureza Fiscal-Tributária

A companhia é sujeito passivo em execuções fiscais e notificações fiscais referentes a créditos tributários que se encontram suspensos por estarem incluídos no REFIS. O valor total exigido nestas execuções e notificações suspensas é de R\$ 105 milhões.

Além destes processos, de caráter relevante a Companhia tem somente a Execução fiscal nº 2003.72.95.000776-9, sendo que em tal processo se cobrava 3 certidões de dívida ativa (35.246.178-0, 35.246.179-9 e 35.246.180-2), e as duas últimas foram extintas por decisão transitada em julgado e outra ela quitou através do parcelamento instituído pela Medida Provisória 303/2006, restando apenas a discussão quanto aos honorários, e também de um pedido de restituição pela Companhia por ter pago um valor a maior no parcelamento referente à CDA nº . Veja-se o relatório do processo:

Processo nº 2003.72.95.000776-9

a. juízo	Vara Federal Criminal e de Execuções Fiscais e Juizado Especial Federal Criminal de Blumenau - SC
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	19/02/2003
d. partes no processo	Electro Aço Altona S/A x União Federal
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 3,5 milhões
f. principais fatos	Execução Fiscal cobrando as CDA's nº 35.246.178-0, 35.246.179-9 e 35.246.180-2 . As CDA's nº 35.246.179-9 e 35.246.180-2 foram canceladas por decisão transitada em julgado por vício no processo administrativo. Já a CDA nº 35.246.178-0 foi quitada por meio do parcelamento instituído pela Medida Provisória 303/2006. Ocorre que ainda há discussão no processo com relação ao valor dos honorários referentes à CDA parcelada, pois a Companhia incluiu no parcelamento a verba de 1% de honorários, e a União Federal pleiteia 10% a 20%. A Companhia restou vencedora em primeira e segunda instância e aguarda o julgamento do Superior Tribunal de Justiça da questão. Também há discussão acerca do valor pago pela Companhia referente à CDA nº 35.246.178-0 no parcelamento. Isto porque o INSS à época exigiu que a Companhia aplicasse a redução de juros e multa de mora nos termos previstos no art.

	9º, § 1º da MP 303/2006, somente no aldo a pagar e não sobre os depósitos judiciais por ela realizados, sendo que não havia qualquer previsão legal de que os pagamentos realizados com depósitos judiciais não teriam redução de multa e juros. A Contadoria judicial já fez os cálculos e informou o pagamento a maior pela Companhia no valor de R\$ 1.677.260,52. Está se aguardando a decisão do Juiz sobre a questão.
g. chance de perda	remota
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda da questão de honorários, a Companhia terá que arcar com a quantia de cerca de R\$ 900.000,00 a R\$ 1.800.000,00. Já quanto ao valor que a Companhia pagou a maior referente à MP 303/2006, em caso de perda a Companhia apenas deixará de ser restituída do valor de R\$ 1.677.260,52, não havendo desembolso por sua parte.
i. valor provisionado	R\$ 0,00

Processos Cíveis

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia era parte passiva em processos judiciais de natureza cível no valor total de R\$ 8,7milhões, sendo que tal valor engloba a execução ajuizada pela Celesc no valor de R\$ 4 milhões e a ajuizada pelo Banco Santander no valor de R\$ 4,7 milhões. De acordo com a opinião de nossos advogados externos, deste montante, aproximadamente R\$ 3 milhão ainda é devido pela Companhia em função de acordo formulado na execução ajuizada pelo Banco Santander. A perda da execução promovida pela Celesc é remota tendo em vista que a Companhia quitou o valor nela cobrado através da cessão de prejuízos fiscais em 2000. Veja-se o relatório destes processos:

Processo nº 583.00.2007.111194-0

a. juízo	10ª. Vara Cível do Fórum Central Cível João Mendes Júnior da Comarca de São Paulo – SP.
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	05/02/2007
d. partes no processo	Electro Aço Altona S/A x Banco Santander Banespa S/A
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 4,7 milhões
f. principais fatos	Execução por quantia certa exigindo o valor de R\$ 18.455.183,21 referente a

	carta de fiança. Foi formulado acordo entre as partes em 05/11/2008, acertando-se o pagamento de R\$ 6,2 milhões, acrescido das custas finais, em 60 parcelas mensais e consecutivas de R\$ 103, mil, atualizadas pela TR e juros remuneratórios de 1% ao mês, sendo que os juros já foram embutidos nas parcelas. A primeira parcela foi quitada em 05/11/2008, de forma que já foram quitadas 30 parcelas, faltando o pagamento de 30 parcelas, cujo valor total é de R\$ 3 milhões
g. chance de perda	Remota
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de não cumprimento do parcelamento pela Companhia, o valor devido por ela retorna a ser o originalmente exigido.
i. valor provisionado	R\$ 6,2 milhões

Processo nº 008.03.005928-0

a. juízo	3ª Vara Cível da Comarca de Blumenau - SC
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	23/04/2003
d. partes no processo	Electro Aço Altona S/A x Centrais Elétricas de Santa Catarina S/A -CELESC
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 4 milhões
f. principais fatos	Execução por quantia certa cobrando valor referente ao fornecimento de energia elétrica no valor de R\$ 4 milhões. Tal valor foi quitado por meio de cessão de prejuízos fiscais em 2000, sendo a legalidade de tal cessão confirmada judicialmente e administrativamente pela Receita Federal. Como em primeiro momento a Receita Federal negou efetividade à cessão realizada, a CELESC ajuizou a presente execução, mas até o presente momento não requereu sua desistência. Os embargos à execução opostos pela Companhia estão em análise no Superior Tribunal de Justiça, e em primeira instância existe exceção de pré-executividade pendente de julgamento.
g. chance de perda	remota

h. análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda da questão, a Companhia terá que arcar com o valor exigido, mas terá que ser ressarcida do valor dos prejuízos fiscais cedidos, de forma que o impacto não será grande.
i. valor provisionado	R\$ 0,00

A Companhia ainda é parte autora em processo contra a União Federal pleiteando a indenização pela desapropriação indireta de terreno de sua propriedade localizado na região do Warnow, Município de Indaial – SC. Veja-se o relatório do processo:

Processo nº 2006.72.05.005693-9

a. juízo	1ª Vara Federal e juizado Especial Federal Cível de Blumenau - SC
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	21/11/2006
d. partes no processo	Electro Aço Altona S/A e Bernardo Hermann Wolfgang Werner x União Federal
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 4 milhões
f. principais fatos	Ação em que se requer a condenação da União na indenização pela desapropriação indireta da propriedade dos requerentes e todos os prejuízos sofridos (danos emergentes e lucros cessantes), incluindo-se o valor da madeira existente sobre os imóveis. Já foi realizada perícia técnica, e o processo está pronto para que o juiz prolate a sentença.
g. chance de perda	remota
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda da questão, a Companhia terá que arcar apenas com o valor dos honorários advocatícios, de forma que o impacto não será grande.
i. valor provisionado	R\$ 0,00

Processos Ambientais

A Companhia sofreu Ação Civil Pública de n. 008.07018676-3, movida pelo Ministério Público Estadual em relação a responsabilidade ambiental, e indiciamento em inquérito policial de natureza penal ambiental, pelos mesmos fatos. Em relação à Ação Civil Pública, ela assinou termo de ajuste de conduta e o vem cumprindo fielmente. Veja-se o relatório destes processos:

Processo nº 008.07.018676-3

a. juízo	Vara da Fazenda Pública da Comarca de Blumenau - SC.
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	03/05/2011
d. partes no processo	Electro Aço Altona S/A x Ministério Público do Estado de Santa Catarina
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 500 mil
f. principais fatos	a Companhia firmou termo de ajuste de conduta em relação a responsabilidade ambiental, assumindo o pagamento de uma série de compromissos, dentre os quais a instalação de uma série de medidas para minimização de seu impacto ambiental junto a comunidade local. Firmou ainda compromisso de realocação do parque fabril da Companhia no prazo de doze anos, havendo já a companhia adquirido um imóvel no Município de Barra Velha/SC com este intuito. Como compensação ambiental, comprometeu-se a companhia a doar o valor de R\$ 500mil ao Município de Blumenau no prazo de um ano, para projetos e obras de contenção de encostas, o que foi realizado em 2010.
g. chance de perda	Remota
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de não cumprimento do acordo a Companhia terá a continuidade da ação civil pública, ação esta que pede a paralisação de sua atividade.
i. valor provisionado	R\$ 0,00

Processo nº 008.05.013164-5

a. juízo	2ª Vara Criminal da Comarca de Blumenau - SC
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	06/07/2005
d. partes no processo	Electro Aço Altona S/A x Ministério Público do Estado de Santa Catarina
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Sem conteúdo econômico
f. principais fatos	A Companhia por meio da apresentação de documentos no inquérito policial, comprovando a pró-atividade da Companhia na questão ambiental, fez com que a denúncia não fosse recebida, motivando recurso ao Tribunal de Justiça

	<p>pelo Ministério Público Estadual, para o recebimento da denúncia e início da ação penal contra a companhia. O Tribunal de Justiça acolheu o recurso do Ministério Público e determinou o recebimento da denúncia. Foi apresentado recurso desta decisão, para que a ação penal não inicie, mas a Companhia está se defendendo e demonstrando sua ausência de culpa.</p> <p>Em virtude do tempo decorrido, acreditamos já haver ocorrido a prescrição penal.</p>
g. chance de perda	remota
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda da questão, a Companhia pode ser condenada a uma pena pecuniária cujo teto máximo, segundo os critérios do CP, estipulados com base no salário mínimo, não pode ultrapassar R\$ 8.829.000,00.
i. valor provisionado	Não há necessidade de provisionamento, pois não existe condenação ou multa imposta.

Processo nº 008.10.007842-4

a. juízo	Segunda Vara Criminal da Comarca de Blumenau - SC.
b. instância	Delegacia de Polícia
c. data de instauração	03/05/2011
d. partes no processo	Ministério Público do Estado de Santa Catarina x Electro Aço Altona S/A
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Sem conteúdo econômico
f. principais fatos	<p>Ainda em fase de inquérito policial.</p> <p>A Companhia está sofrendo uma investigação policial pois foi acusada pelo Ministério Público de funcionar sem a licença ambiental de operação. Como foi constatada a existência da licença, o Ministério Público agora tenta continuar a ação pelos mesmos fatos que deflagraram o processo 008.05.013164-5.</p> <p>Em razão disto, a Companhia deve adotar medidas para impedir o recebimento pelo juízo da denúncia a ser apresentada a este pelo Ministério Público, como foi feito no processo anterior.</p>
g. chance de perda	remota

h. análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda da questão, a Companhia pode ser condenada a uma pena pecuniária cujo teto máximo, segundo os critérios do CP, estipulados com base no salário mínimo, não pode ultrapassar R\$ 8.829.000,00.
i. valor provisionado	Não há necessidade de provisionamento, pois não existe condenação ou multa imposta.

4.4. Processos judiciais, administrativos ou arbitrais, que não estejam sob sigilo, em que a Companhia ou suas controladas sejam parte e cujas partes contrárias sejam administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores da Companhia ou de suas controladas.

A Companhia é ré em ação promovida pela Sra. Úrsula Werner em 2009 na qual esta requer a anulação da Assembléia Geral Extraordinária que elegeu a Sra. Carmen Vetter Werner como Presidente do Conselho de Administração da Companhia, a suspensão dos pagamentos de honorários a ela pela Altona e a indenização pelos danos causados por tal nomeação. Veja-se o relatório do processo:

Processo nº 008.09.026309-7

a. juízo	2ª Vara Cível da Comarca de Blumenau - SC.
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	12/11/2009
d. partes no processo	Úrsula Werner x Electro Aço Altona S/A
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Sem conteúdo econômico imediato
f. principais fatos	A Sra. Úrsula requer a anulação da Assembléia Geral Extraordinária que elegeu a Sra. Carmen Vetter Werner como Presidente do Conselho de Administração da Companhia, a suspensão dos pagamentos de honorários a ela pela Altona e a indenização pelos danos causados por tal nomeação. Foi realizada audiência de instrução e julgamento no dia 14/10/2010 com ouvida de testemunhas e das partes. Foi requerida suspensão do processo por composição entre as partes.
g. chance de perda	Remota
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda da questão a Companhia teria, em tese, que indenizar a autora, mas esta teria que comprovar quais prejuízos sofreu. Como a Companhia tem

	apurado lucro e tem reduzido o seu passivo, a autora da ação não terá o que cobrar.
i. valor provisionado	R\$ 0,00

4.5. Processos sigilosos relevantes em que a Companhia ou suas controladas sejam parte e que não tenham sido divulgados nos itens 4.3 e 4.4 acima, analisar o impacto em caso de perda e informar os valores envolvidos.

Na presente data, não há processos sigilosos relevantes em que a Companhia ou suas controladas sejam parte.

4.6. Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, que não estejam sob sigilo e que em conjunto sejam relevantes, em que a Companhia ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis e outros.

A Companhia não é parte em processos judiciais, administrativos e arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, que não estejam sob sigilo e que em conjunto sejam relevantes.

4.7. Outras Contingências Relevantes.

A Companhia não possui outras contingências relevantes e tampouco contingências não contabilizadas.

4.8. Regras do país de origem do emissor estrangeiro e às regras do país no qual os valores mobiliários do emissor estrangeiro estão custodiados, se diferente do país de origem, identificando:

a. restrições impostas ao exercício de direitos políticos e econômicos

Não aplicável à Companhia.

b . restrições à circulação e transferência dos valores mobiliários

Não aplicável à Companhia.

c. hipóteses de cancelamento de registro

Não aplicável à Companhia.

d. outras questões do interesse dos investidores

Não aplicável à Companhia.

5. RISCOS DE MERCADO

5.1. Descrição, quantitativa e qualitativa, dos principais riscos de mercado a que a Companhia está exposta, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros

No decorrer normal de nossos negócios, estamos expostos a vários riscos que são inerentes às nossas atividades. A maneira como identificamos e gerimos de forma adequada e eficaz esses riscos é crucial para a nossa lucratividade, sendo os riscos mais significativos os seguintes:

- risco de crédito;
- risco de liquidez; e
- risco de mercado (risco de taxa de juros e risco de taxa de câmbio).

Risco de Crédito

O risco de crédito é um risco de natureza financeira, relacionado à possibilidade de não recebermos de nossos clientes valores ou créditos devidos em virtude da venda de nossos produtos, ou de recebermos os pagamentos de tais créditos fora dos prazos estabelecidos. O descumprimento das obrigações assumidas por nossos clientes poderá gerar perdas para nossa Companhia, em razão de um eventual “custo de reposição” do nosso fluxo de caixa, afetando adversamente os nossos negócios. A taxa inadimplência de nossos clientes era de 0,2% de nossa receita bruta no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010.

Risco de Liquidez

O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de nossos ativos e passivos, o que pode resultar em nossa incapacidade de cumprir com nossas obrigações nos prazos estabelecidos. Tentamos em geral manter níveis de liquidez adequados para garantir que possamos cumprir com nossas obrigações presentes e futuras e aproveitar oportunidades comerciais à medida que surgirem.

Risco de Mercado

O risco de mercado está relacionado ao impacto negativo sobre o valor de nossos ativos e passivos causado por oscilações de fatores como taxa de juros ou taxas de câmbio. A maior parte de nossas atividades está sujeita a riscos de mercado. Estamos expostos a risco de oscilação das taxas de juros quando ocorre um descasamento entre as taxas de juros praticadas internamente por nós e as taxas de juros de mercado.

Em 31 de dezembro de 2010, de nosso endividamento total, 65% de nossos empréstimos e financiamentos em aberto em reais, estão sujeitos à flutuação de taxas como a TR, CDI TJLP e taxas específicas. O aumento nas taxas de juros poderá elevar o custo dos nossos empréstimos, reduzir a demanda por nossos produtos ou ter um impacto significativo sobre nossas despesas financeiras e resultados operacionais.

O risco cambial decorre da titularidade de ativos, passivos e itens denominados ou indexados a moedas estrangeiras. Em 31 de dezembro de 2010, nossas operações cambiais de ACC e ACE em dólares ou atrelado à variação do dólar, representavam em

moeda estrangeira de curto e longo prazos, era equivalente a R\$ 8 milhões, ou 5,8%, do nossa Receita Líquida

5.2. Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado por nós adotada, seus objetivos, estratégias e instrumentos, indicando:

a. riscos para os quais se busca proteção

Nossa Companhia opera no mercado financeiro de modo geral conservadoramente, e buscam limitar ao máximo as perdas sem prejudicar a eficiência. No entanto, não operamos no mercado de swap e ou hedge.

b. estratégia de proteção patrimonial (hedge)

Não possuímos instrumentos financeiros com objetivos diversos (hedge).

c. instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

Não possuímos instrumentos financeiros com objetivos diversos (hedge).

d. parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

Não possuímos instrumentos financeiros com objetivos diversos (hedge).

e. operação com instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos

Não possuímos instrumentos financeiros com objetivos diversos (hedge).

f. estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

Em geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos, periodicamente, os limites de crédito, tendo como estrutura organizacional membros da diretoria executiva e gerencia financeira.

g. adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Não se aplica a Companhia

5.3. Em relação ao último exercício social, indicar alterações significativas nos principais riscos de mercado a que estamos expostos ou na política de gerenciamento de riscos que adotamos

Não houve qualquer alteração significativa nos principais riscos de mercado a que estamos expostos ou em sua política de gerenciamento de riscos no último exercício social.

5.4. Outras informações que julgamos relevantes

Além dos riscos acima referidos, também julgamos relevantes os seguintes fatores macroeconômicos:

O Governo Federal do Brasil frequentemente intervém na economia do País e por vezes altera de maneira significativa as políticas monetária, fiscal e de crédito, entre outras, para influenciar o curso da economia.

As medidas do Governo Federal para controlar a inflação e influenciar outras políticas podem ser implementadas mediante controle de preços e salários, depreciação do real, controles sobre a remessa de recursos ao exterior, alteração da taxa básica de juros, bem como outras medidas, como o congelamento das contas bancárias ocorrido na década de 90.

6. NOSSO HISTÓRICO

6.1. Dados da Companhia

Iniciamos nossas atividades a mais de 87 anos, sempre em Blumenau, Santa Catarina. Na década de 50 mediante uma ata constitutiva, nos tornamos uma companhia de capital aberto, regido pela CVM.

6.2. Prazo de Duração

Nosso prazo de duração é indeterminado.

6.3. Histórico da Companhia

Fundada em 08 de março de 1924 como uma pequena fundição e oficina de reparos mecânicos, a Electro Aço Altona S.A. chamava-se inicialmente Auerbach & Werner, fruto da junção dos nomes de seus proprietários. Partindo das panelas, máquinas de moer carne e outros utensílios domésticos, a empresa cresceu e incorporou o aço em 1933. Com o nome Electro Aço Altona S.A. passa a identificar aquela que viria representar o símbolo do pioneirismo e da coragem de inovar e transcender limites em busca de conquistas.

Na década de 70 a Electro Aço Altona S.A. inicia suas atividades de exportação em peças Fundidas em aço, para países como EUA e Alemanha. Em 1998, a certificação ISO 9001 reconhece a qualidade dos processos fabris e a Electro Aço Altona desponta no mercado com umas das primeiras fundições em aço a conquistar esta certificação.

Em 2000 a empresa é apontada no Brasil, em pesquisa conduzida pela revista Exame, como “uma das melhores empresas para se trabalhar”. No ano de 2004 comemoram-

seus 80 anos de existência, traduzidos na sua seriedade, transparência, respeito as pessoas e ao meio-ambiente e comprometimento, através de um ambiente inspirado na tecnologia, inovação, pesquisa e desenvolvimento.

Em 2006 foi a vez da certificação ISO/TS 16949, um dos mais importantes reconhecimentos no fornecimento de peças dentro do mais alto nível de qualidade de processo, produto e cliente para o setor automotivo. A Altona possui como característica essencial o respeito e valorização pela pessoa humana. Seus colaboradores têm aspirações e ideais de vida respeitados e incentivados pela filosofia de trabalho da empresa. Isto se traduz em segurança e confiabilidade para os clientes, para os quais a empresa trabalha coesa e motivada na oferta de soluções qualificadas.

Em 2010, a companhia se destaca pelo avanço em investimentos em massa em nosso processo produtivo. Nos últimos 10 anos investiu-se mais de R\$ 100 milhões em diferentes setores da companhia. Temos modernos centros de usinagens, fornos de tratamento térmico, moldagem e macharia, software de engenharia e mecânica, investimentos em meio ambiente.

Temos condições plenas e estamos preparados para a expansão. Dentro do plano diretor, baseado em nosso planejamento estratégico para os próximos anos, a continuidade de nossa nova unidade produtiva em um terreno de aproximadamente 2 milhões de metros quadrados. Estamos convictos de que o início deste novo e moderno parque fabril nos tornará mais competitivo no mercado em que atuamos e contemplará negócios que hoje a planta atual não comporta.

O início desse novo complexo marcará dentro de nossa história de quase 100 anos, um marco de evolução e prosperidade.

6.4. Data de registro na CVM.

Obtivemos o registro de companhia perante a CVM em 19 de Janeiro de 1950.

6.5. Principais eventos societários, tais como incorporações, fusões, cisões, incorporações de ações, alienações e aquisições de controle societário, aquisições e alienações de ativos importantes, pelos quais tenham passado a Companhia ou qualquer de suas controladas ou coligadas.

Não houve qualquer alteração significativa na posição acionária da Companhia. Não houve alienações de ativos importantes nos últimos exercícios. Houve aquisições importantes de máquinas e equipamentos para o parque fabril, pois a companhia procura a atualização constante de seus bens do ativo imobilizado, e benfeitorias e terraplanagem no terreno em Barra Velha, ver item 22.1

Na planta atual os investimentos de maior expressão foram em meio ambiente no setor da aciaria. Se firmou um compromisso de compra para o primeiro trimestre de 2011 de um moderno forno de indução de 4 toneladas que contemplará uma maior produtividade e uma redução no custo de matérias-primas de produção, objetivando uma produção

mais limpa indo de encontro a política ambiental. A instalação ocorrera no segundo semestre de 2011.

6.6. Indicar se houve pedido de falência, desde que fundado em valor relevante, ou de recuperação judicial ou extrajudicial do emissor, e o estado atual de tais pedidos.

Até a data de publicação deste Formulário de Referência não houve pedido de falência ou de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia.

6.7. Outras informações relevantes histórico

Não há outras informações relevantes além as relacionadas acima.

7. NOSSAS ATIVIDADES

7.1. Descrição sumária das atividades desenvolvidas pela Companhia e suas controladas

A ELECTRO AÇO ALTONA S.A. é prestadora de serviços, nos setores de fundição e usinagem, fornecimento de peças fundidas em aços carbono e ligadas (baixa, média e alta liga), em ferros ligados para aplicações especiais. A fabricação é sob encomenda, com fornecimento de peças em bruto ou usinadas, isoladas ou como partes de subconjuntos, ou ainda como constituintes de equipamentos completos, de acordo com especificações, projetos e normas técnicas de uso internacional, de clientes dos mercados nacional e internacional.

No quesito 10.1(h) contém nossos principais indicadores financeiros para os períodos indicados.

7.2. Em relação a cada segmento operacional que tenha sido divulgado nas últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social ou, quando houver, nas demonstrações financeiras consolidadas, indicar as seguintes informações a. produtos e serviços comercializados b. receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor c. lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor.

a. produtos e serviços comercializados

A Companhia atua em apenas um segmento operacional definido como metalúrgico, produzindo e comercializando fundidos de aço.

Alguns de nossos principais produtos:

- Anéis e mancais;
- Rotor, desagregador, conexões, carcaças e bombas;
- Alavancas, buchas, conchas e cilindros, pista de moagem e rolos;

- assessórios para ancoras, olhais e conector
- Bar links, tentes, fundo de cilindro cruzetas e suportes para esteira
- Braço, cavalete, e forquilha

b. receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor

Receita Bruta 2010:

Categoria	Receitas no Mercado		Total	%
	Interno	Externo	R\$	
Repetitivas	77.629	16.669	94.298	55%
Sob Encomenda	44.627	32.738	77.365	45%
Receita Bruta	122.256	49.407	171.663	100%
Deduções Receita	(24.999)	(773)	(25.772)	
Receita Operacional Líquida	97.257	48.634	145.891	
Participação	67%	33%	100%	

Receita Bruta 2009:

Categoria	Receitas no Mercado		Total	%
	Interno	Externo		
Repetitivas	41.073	6.256	47.329	33%
Sob Encomenda	45.018	51.474	96.492	67%
Receita Bruta	86.091	57.730	143.821	100%
Deduções Receita	(19.756)	(968)	(20.724)	
Receita Operacional Líquida	66.335	56.762	123.097	
Participação	54%	46%	100%	

A Companhia adotou a data de 01/01/2009 para transição da normas internacionais da contabilidade, desta forma as informações relativas ao resultado de 2008 não foram preenchidas pelo fato de não serem comparáveis.

c. lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor

Na planta fabril, há algumas divisões que separam estas categorias nas linhas de produção e outras não, e por isto a administração gerencia o resultado do negócio de forma única.

7.3. Em relação aos Produtos e Serviços correspondentes acima, descrever:

a. características do processo de produção

Nossas linhas de produção operam separadamente nas categorias de produtos que fabricamos a saber (Repetitivos e Não Repetitivos, também denominados pela Companhia de Produtos Sob Encomenda).

A composição em sua maioria é caracterizada de: **a) Matéria Prima:** Sucata de Aço e Ferros Ligas, **b) Materiais secundários:** Abrasivos, resinas, eletrodos, aglomerantes, filtros cerâmicos, insertos, gases, energia elétrica, e outros; **c) Processo de Fabricação:** Projetos, moldagem, fundição das peças, tratamento térmico, rebarbação e regulagem dos diâmetros, usinagem das peças em máquinas automáticas de precisão, tornos CNC, teste de qualidade.

b. características do processo de distribuição

A distribuição dos produtos é realizada da seguinte forma:

- Mercado Nacional : Via Terrestre;
- Mercado Internacional: Vias Marítimas e Aéreas.

Principais Estados Nacionais:

SÃO PAULO
MINAS GERAIS
PARANA
RIO DE JANEIRO
RIO GRANDE DO SUL
GOIÁS
SANTA CATARINA
BAHIA

Principais Países Internacional:

ALEMANHA
ARGENTINA
BOLIVIA
CANADÁ
CHILE
CHINA

ESTADOS UNIDOS
FRANÇA
MÉXICO
URUGUAI

c. características dos mercados de atuação. i. participação em cada um dos mercados ii. Condições de competição nos mercados

ver item 7.2b

d. eventual sazonalidade

A companhia considera como sazonal o período que compreende a segunda quinzena de dezembro até o final da primeira quinzena de janeiro. Esta sazonalidade atribui-se ao fato de neste período os principais clientes concederem férias coletivas aos seus funcionários, ocasionando como consequência a redução da demanda dos produtos fabricados pela empresa.

e. principais insumos e matérias primas, informando:

Todas as compras de materiais e serviços deverão ser efetuadas com a Solicitação Interna de Compras (SIC), e com as devidas assinaturas do Supervisor da Área e da Controladoria. (Exceção apenas para materiais comprados para estoque). Solicitações Internas de Compras (SIC) deverão estar devidamente preenchidas, com especificação técnica do produto, bem como o prazo de entrega da real necessidade. Nas Solicitações de Conserto de Equipamentos (Imobilizado) deverá ser informado o número do patrimônio do mesmo.

—

Nas compras emergenciais o solicitante deverá emitir a SIC com a aprovação do Supervisor da Área (Ou seu respectivo substituto, caso, o Supervisor estiver ausente da Empresa). Compras à vista, deverão ser encaminhadas para a Área de Administração de Materiais, obedecendo ao valor estipulado pela área financeira (Valor máximo de Duzentos Reais por Nota Fiscal).

Toda a Nota Fiscal que for encaminhada via Correios, deverá ser solicitada ao fornecedor que a remeta como “Carta Registrada” e endereçada à Contabilidade ou Administração de Materiais. Todos os materiais somente poderão entrar na Altona acompanhados de Nota Fiscal, e obrigatoriamente, devem ser entregues no Almojarifado. Compras de modelos, materiais secundários e beneficiamentos de terceiros, deverão ser devidamente avaliadas pelo solicitante em 48 horas, para liberação do lançamento da nota fiscal e envio para Contabilidade. (Atenção: nos últimos três dias úteis do mês, estas avaliações deverão ocorrer no mesmo dia da entrada da nota fiscal na empresa, para que não ocorra atraso no fechamento das demonstrações contábeis).

Negociações Comerciais (prazo de pagamento, prazo de entrega, descontos), somente serão realizadas pela Administração de Materiais. Adiantamentos para Fornecedores

também serão negociados somente pela Administração de Materiais, com aval da Área Financeira. Todo material deverá ser retirado do Almoxarifado até 24 horas após o aviso de chegada do material. Caso o mesmo não seja retirado, a senha de requisições do solicitante será bloqueada pela Administração de Materiais.

Os Supervisores deverão definir, no máximo, dois solicitantes por setor. Serão criadas novas senhas para Solicitantes de Materiais que serão treinados e qualificados pelo setor de Administração de Materiais.

Materia prima Principal

Materia prima:

Ferro Liga

Sucata

Participação do custo de Materia prima em relação a ROL em 2010 é de 11%

Materiais Secundarios:

Eletrodo

Abrasivo

Resina

Aglomerrante

Filtro cerâmico

Insertos

Gases

Energia Eletrica

Participação do custo dos Materiais Secundarios em relação a ROL em 2010 é de 17%

7.4. Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total a. montante total das receitas provenientes do cliente b. segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente.

A Altona tem como clientes empresas de grande presença mundial, reconhecidas no mercado pela sua tecnologia, inovação, respeito ao ser humano e meio ambiente. Clientes estes referência no mercado em seus segmentos de atuação, como Maquinas e Equipamentos para Construção e Mineração, Transporte Pesado, Geração de Energia, Dragagem, Petrolífero, Mineração, entre outros.

Clientes	2008	2009	2010
Grupo Transporte Pesado	16,7%	40,5%	43,3%
Grupo Energia	35,3%	(*)	(*)

(*) representou menos de 10%

7.5. Descrever os efeitos relevantes da regulação sobre as atividades do emissor, comentado especificamente:

a. necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

a) Licenças obrigatórias:

- **LAO – Licença Ambiental de Operação:** expedida pelo órgão ambiental do Estado FATMA (Fundação do Meio Ambiente);
- **Certificado de Licença de Funcionamento:** Expedida pela Polícia Federal para empresas que utilizam produtos químicos sujeitos a controle e fiscalização nos termos previstos na lei nº 10.357;
- **Alvará de Localização;**
- **Alvará Sanitário do Ambulatório;**
- **Alvará Sanitário do Consultório Odontológico;**
- **Alvará Sanitário do Refeitório;**
- **AVCB – Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros;**

b. política ambiental do emissor e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental

POLÍTICA DE GESTÃO INTEGRADA
da Qualidade, Meio Ambiente, Segurança, Saúde Ocupacional e Responsabilidade Social

ALTONA TEM COMPROMISSO COM A EXCELÊNCIA

Esta Política se baseia nos seguintes princípios de Gestão:

- Melhoria contínua e prevenção associados aos processos, serviços e produtos de fundição de aço, usinagem e montagem;
- Inovação tecnológica e crescimento de participação no mercado;
- Respeitar o meio ambiente, gerenciando os aspectos ambientais significativos, especialmente recursos naturais e resíduos sólidos;
- Respeitar, cumprir e fazer cumprir os princípios expressos no Código de Conduta e na Norma SA-8000, de Gestão Social;
- Atender e suplantar a expectativa dos clientes, fornecedores, acionistas, colaboradores e demais partes interessadas;
- Preservar a saúde e a integridade física dos colaboradores, reduzindo os riscos e melhorando as condições de trabalho;

- Atitudes comportamentais focadas na Qualidade, no Meio Ambiente, na Segurança, na Saúde Ocupacional e na Responsabilidade Social;
- Atender a legislação vigente e requisitos aplicáveis.

Últimos Projetos Ambientais e investimentos:

Projeto	Investimento (R\$)
Compra de um terreno e doado para Município de Blumenau objetivando reserva ambiental - 2010.	R\$ 500 mil
Construção de Cabine de corte de pó-de-ferro – 2008 / 2009	R\$ 861mil
Instalação de sistema secundário para exaustão da fundição – Lavador de Gases – 2009 / 2010	R\$ 7 milhões

c. dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não detém marca, desenhos industriais, patentes ou contratos de royalties, mantidos com terceiros, relativos aos produtos que fabrica.

7.6. Receitas relevantes oriundas de outros países, identificando.

A Companhia não obtém receitas relevantes em outros países que não o Brasil.

a. receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede da Companhia e sua participação na receita líquida total da Companhia

A Companhia não obtém receitas relevantes em outros países que não o Brasil.

b . receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total da Companhia

Não aplicável.

c. receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total da Companhia

Não aplicável.

7.7. Informar em que medida a Companhia está sujeita à regulação estrangeira e de que modo tal sujeição afeta nossos negócios

Não estamos sujeitos a regulação estrangeira.

7.8. Descrição das relações de longo prazo relevantes da Companhia que não figuram em outra parte deste Formulário de Referência

Não existem relações de longo prazo relevantes da Companhia que não figurem em outra parte deste Formulário de Referência.

7.9. Outras Informações Relevantes

A Electro Aço Altona S.A. comercializa o serviço de fundição e usinagem de aço e ligas especiais, dentro do escopo de peso/peça até 12.000kg. em nossas demonstrações financeiras são divulgados apenas o faturamento bruto para mercado interno e externo, conforme apresentado no item 7.1. Mas segmentamos nossa produção em:

Unidade de "Produtos Repetitivos" - UPR

Esta unidade cuida do planejamento e execução de peças produzidas em série, principalmente para clientes do segmento de máquinas e equipamentos de construção e mineração e também transporte pesado.

Unidade "Sob Encomenda" - USE

Esta unidade ocupa-se da produção de componentes ou conjuntos sob encomenda. Normalmente, peças de alta complexidade e grande porte, com peso entre uma e dez toneladas, únicas ou em lotes conforme necessidade dos clientes.

Unidade "Ligas Especiais" - ULE

Esta unidade é responsável pelo desenvolvimento e produção de peças em aços e ligas especiais, tais como: inoxidáveis resistentes à corrosão, resistentes ao calor; ferros de alta liga resistentes à abrasão, resistentes à corrosão e ligas à base de níquel.

Dentro deste escopo os mercados atendidos estão entre: Máquinas e Equipamentos para Mineração e Construção, Geração de Energia (Hydro, Termica e Nuclear), Mineração, Dragagem, Off-Shore, Fabricantes de Válvulas, Compressores, Bombas de Processo, Transporte Pesado(Caminhão e Ônibus), Cimento, Siderurgico, Bens de Capital, entre outros.

De forma sintética, nosso processo de produção segue mesmo padrão para todas as peças, sendo ele:

Toda peça antes de ser produzida precisa de um modelo, e este é produzido por empresas terceiras. Após receber o modelo, a peça começa a ser produzida, onde é confeccionado o molde (feito de areia, mais resina e catalizador), este molde recebe o aço líquido e logo após esfriar é desmoldada. Após desmoldar esta peça é encaminhada para o setor de rebarbação, onde é feita a retirada de todas as rebarbas existentes.

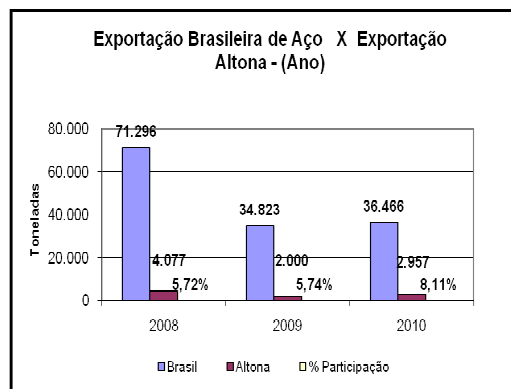
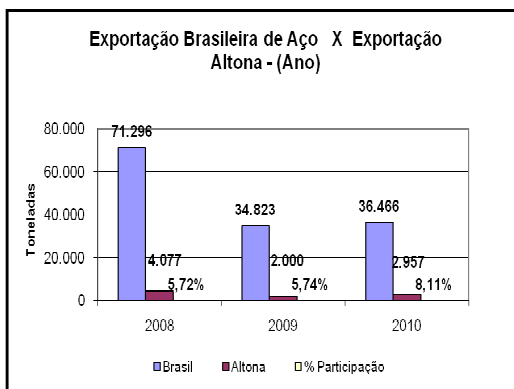
Logo após a retirada da rebarba esta peça é encaminhada para o setor de Tratamento Térmico, onde ela vai adquirir as características como dureza, resistência a impacto, resistência a corrosão e outras características. Após esta etapa são feitos os ensaios mecânicos e os ensaios não destrutivos.

Para finalizar o processo desta peça, ela é encaminhada para o setor de Usinagem e Pintura.

A distribuição de nossos produtos é realizado como venda direta ao cliente, através de escritórios de representações localizados nos principais centros econômicos do Brasil e Mundo.

Desempenho Operacional

O mercado de fundição de aço, vem demonstrando forte crescimento desde 2002. O ano de 2009 demonstrou o tamanho da crise mundial que iniciou em 2008 e os reflexos significativos na indústria brasileira de aço fundido. Conforme dados da ABIFA (Associação Brasileira de Fundição), com relação a 2008 houve uma queda na produção nacional de aço fundido na ordem de 49% em toneladas faturadas. As exportações brasileiras em toneladas, de acordo com a mesma fonte, caíram 51%. A queda da demanda, em tão curto espaço de tempo fez com que a Altona reduzisse seu faturamento em toneladas, em torno de 50%, tanto no mercado interno como mercado externo.



A produção voltou a crescer, buscando alcançar os anos anteriores próximo a 13.000 toneladas ao ano. Nosso desempenho em relação à Produção Brasileira de Aço Fundido para este ano de 2010 demonstrou a reação positiva após os reflexos da crise mundial que se estendeu entre os anos de 2008 e 2009.

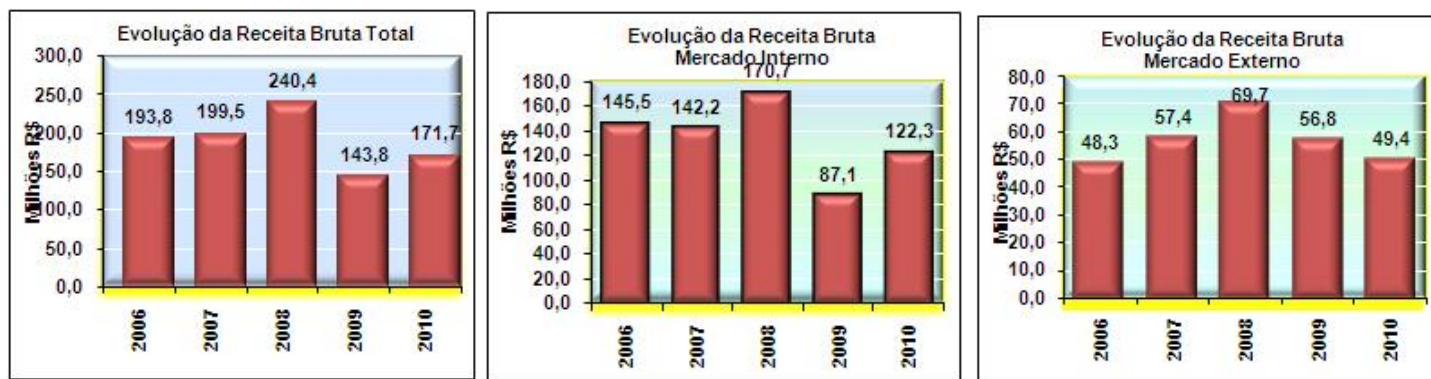
A recuperação das indústrias de fundidos de aço tem produzido, conforme dados da ABIFA (Associação Brasileira de Fundição) um aumento de 41,4% em toneladas faturadas. O desempenho da companhia no mesmo período mostrou uma recuperação de 63,5%, e, com este desempenho a participação da Cia. no mercado nacional de fundidos passou de 4,05% para 4,69% em toneladas produzidas.

As exportações brasileiras em toneladas, de acordo com a mesma fonte, aumentaram apenas 4,7% enquanto que as da companhia aumentaram 47,8% e a participação da Companhia nas exportações brasileiras passou de 5,74% para 8,11%.

A Receita Bruta cresceu R\$ 28 milhões (19,5%) em comparação ao ano de 2009. O lucro líquido alcançou R\$ 5,9 milhões no exercício, apresentando um crescimento de 133% em relação ao de 2009.

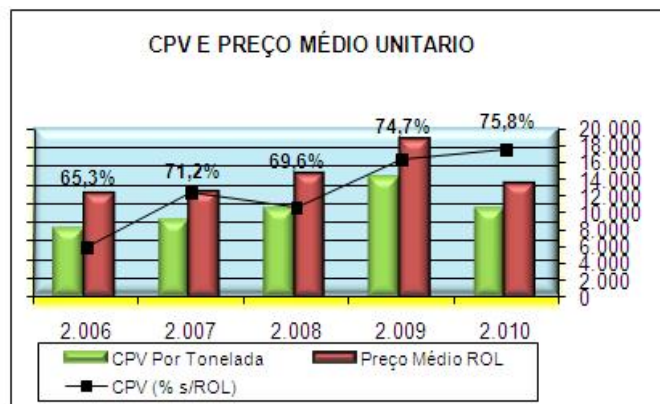
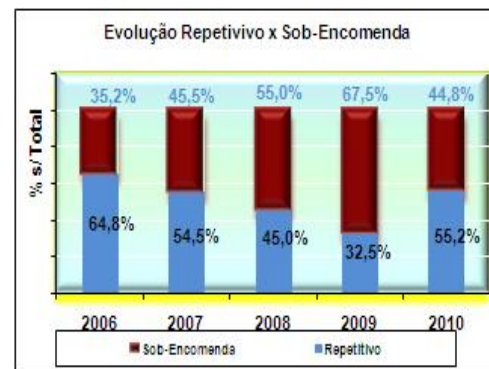
A Receita no mercado interno apresentou um incremento de R\$ 35,2 milhões (40,5%).

Mesmo com a recuperação lenta, mas progressiva do mercado mundial em toneladas, a rapidez de recuperação da Companhia deveu-se a elevada recuperação da cadeia produtiva dos auto-propulsores, que se caracterizam como itens repetitivos. No mercado Externo o valor em reais sofreu uma queda de R\$ 7,4 milhões (13%) em relação a 2009, devido ao efeito do câmbio.



Produtos de alta complexidade com maior valor agregado caracterizados como *job foundry*, reduziram a participação de 67,5% em 2009 para 44,8% em 2010. Com a participação menor destes produtos o preço médio por tonelada caiu 28,5%, o que se reflete a redução no nosso Lucro final.

Embora o câmbio tenha se comportado de maneira estável, a cotação baixa não favoreceu o resultado das exportações, mesmo que a demanda tenha aumentado em praticamente todos os segmentos que atendemos. A recuperação do faturamento em toneladas comparado com a queda de faturamento em valores do mercado externo, demonstrou que comercialmente a Companhia tem grande capacidade de reação, evidenciando o acerto nas estratégias.



Mesmo com a forte redução de custos de produção usando metodologias Kaizen e Seis-Sigma, o CPV – Custo dos Produtos Vendidos – se manteve em níveis estáveis. O câmbio desfavorável e a redução do preço médio são as principais causas que impactaram na performance, que manteve o índice acima de 70% sobre a ROL.

O intenso trabalho empreendido pela Companhia na elaboração e execução de planos de ação, sempre orientando-se pelo planejamento estratégico e pelo respectivo orçamento empresarial, trouxe como resultado a melhoria da rentabilidade.

Estabeleceu-se como plano de sustentação, programas voltados para segurança do trabalho, redução de custos, inovação e tecnologia e desenvolvimentos de pessoas. Diferentes metodologias de gestão estão sendo adotadas como: inovação tecnológica, Kaizen, Seis-Sigma, permitindo assim inovação constante em produção, processos, equipamentos e principalmente desenvolvimento e retenção de talentos.

Com o crescimento da produção, voltamos a contratar e dotar os setores com profissionais altamente qualificados. Cientes da importância do fortalecimento da relação empresa-funcionário consideramos fundamental a preparação dos nossos colaboradores. Os investimentos nesta área foram mantidos e direcionados para capacitação em processos de suma importância na recuperação da rentabilidade e da competitividade, que nos habilitam ao fornecimento de novos produtos de alto valor agregado, principalmente para mercados emergentes e também para os mercados mais exigentes com os da Europa e dos Estados Unidos.



Constantemente estamos capacitando a área de engenharia de processos e de aplicação, com o intuito de implantarmos processos mais eficazes. Estes dispêndios são essenciais nos processos preliminares dos projetos de fundição e possibilitam ganhos relevantes de qualidade e redução de custos.

Perspectivas

Nossa perspectiva é um crescimento gradativo e constante, em consonância com os objetivos traçados dentro do planejamento estratégico. Esperamos a retomada do crescimento da economia nos Estados Unidos e Europa e estamos posicionando a companhia para aproveitar a retomada principalmente nos segmentos associados com infra-estrutura, energia, petróleo e gás, mineração e todas as atividades correlatas.

Temos ciência que a valorização do real é um facilitador para entrada de fundições concorrentes no Brasil e, para fazer frente, entendemos que a única maneira de superar é através da excelência operacional. Temos diretrizes e metas para buscar a competitividade através de redução de custos, novos processos, novas tecnologias, redução de retrabalho, gestão eficaz de compras e outros.

Com o desenvolvimento de novos produtos, abrem-se novos mercados, o que faz com que a Companhia vislumbre novas oportunidades. Para tanto, a área comercial estabeleceu planos direcionados.

Temos condições plenas e estamos preparados para a expansão. Dentro do plano diretor, baseado em nosso planejamento estratégico para os próximos anos, a continuidade de nossa nova unidade produtiva no município de Barra Velha é meta principal. Estamos convictos de que o início deste novo e moderno parque fabril nos tornará mais competitivo no mercado em que atuamos e contemplará negócios que hoje a planta atual não comporta. Com a expectativa do crescimento de novos negócios a rentabilidade será a tônica da gestão para os próximos anos.

Insumos

Compramos uma ampla variedade de insumos (matérias-primas, materiais secundários, materiais de consumo e embalagem) para o desenvolvimento de nossas atividades nas duas linhas de negócios em que atuamos, os quais, adquirimos mediante pagamento à prazo.

Nenhuma de nossas matérias-primas representou mais de 3% do nosso custo de produtos vendidos nos últimos três exercícios.

Algumas de nossas matérias-primas estão sujeitas a condições de volatilidade de preço e oferta, pois são negociadas na Bolsa de Metais de Londres (LME). Entre eles citamos, Níquel Eletrolítico, Ferro Cromo Alto Carbono, Ferro Cromo Baixo Carbono e Ferro Molibdênio.

Fornecedores

Observamos especificações rigorosas para a escolha de nossos fornecedores, baseadas não somente na qualidade e preço dos produtos, mas também na reputação e situação financeira de nossos fornecedores, garantindo os prazos de entrega e a disponibilidade dos produtos. Além disso, mantemos rigorosos controles de qualidade de forma a assegurar que os materiais atendam às especificações técnicas de fornecimento.

De acordo com nossa política interna, nossos prazos contratuais não excedem 12 meses, para nos proporcionar maior flexibilidade, possibilitando a constante busca de insumos, preços mais competitivos e maior qualidade.

Na data deste Formulário de Referência não apresentamos níveis elevados de dependência com relação a produtos fornecidos por pouco fornecedores. Nosso relacionamento com fornecedores não está sujeito a controle ou regulamentação governamental específica.

8. GRUPO ECONÔMICO

8.1 Descrição do grupo econômico em que se insere a Companhia, indicando:

a. controladores diretos e indiretos

A tabela abaixo contém informações sobre a titularidade das nossas ações ordinárias e preferenciais na data deste Formulário de Referência.

Composição Acionária da Companhia em 17/10/2011

Nome dos Acionistas	Classificação das Ações				Total	%
	Ordinárias		Preferenciais			
WERNER SA IND. E COM.	821.442	84,25%	9.699	0,76%	831.141	36,94%
BERNARDO H.W. WERNER	86.407	8,86%	443.564	34,79%	529.971	23,55%
ARBELA FUNDO DE INV.	-	0,00%	170.500	13,37%	170.500	7,58%
FUNDO DE INV. ACÇÕES VITORIA	-	0,00%	153.100	12,01%	153.100	6,80%
ALCANTARO CORREA	3.011	0,31%	128.634	10,09%	131.645	5,85%
INFINITY SELECTION	-	0,00%	60.600	4,75%	60.600	2,69%
ORBE VALUE MASTER FIA	-	0,00%	49.300	3,87%	49.300	2,19%
CARMEN V WERNER	23.491	2,41%	2	0,00%	23.493	1,04%
ACÇÕES EM CIRCULAÇÃO(1)	40.649	4,17%	259.601	20,36%	300.250	13,36%
Total	975.000	100,00%	1.275.000	100,00%	2.250.000	100,00%

- (1) O montante das Ações em Circulação relacionada na tabela acima abrange mais de 600 (Seiscentos) Acionistas, entre Pessoas Físicas e Jurídicas, que individual sua participação não é igual ou superior a 5%.

Na tabela abaixo, a composição acionária do nosso acionista controlador pessoa jurídica: Werner S/A Industria e Comercio Agricultura.

Composição Acionaria da Companhia Werner S/A

Nome dos Acionistas	Classificação das Ações				Total	%
	Ordinárias		Preferenciais			
BELLEVUE PROD. PVC	183.500	59,96%	-	-	183.500	59,96%
BERNARDO H.W. WERNER	32.643	10,67%	-	-	32.643	10,67%
VALMIR OSNI ESPINDOLA	10.000	3,27%	-	-	10.000	3,27%
CARMEN V WERNER	1.551	0,51%	-	-	1.551	0,51%
URSOLA WERNER	77.553	25,34%	-	-	77.553	25,34%
MURILO OLINGER	30	0,01%	-	-	30	0,01%
BEATRIZ E. WERNER OLINGER	776	0,25%	-	-	776	0,25%
Sub Total	306.053	100,00%	-	-	306.053	100,00%

Werner S/A

É uma sociedade por ações, constituída de acordo com as leis do Brasil, com sede na cidade de Blumenau, neste Estado, Santa Catarina, na Rua Frei Estanislau Schaeffe, 526, sala 05, cujo objeto social consiste na Administração de bens próprios e alheios, a participação em outras sociedades, a prestação de serviços em administração, gerência e organização de empresas, a intermediação comercial, a importação e exportação e a

exploração do comércio, indústria e cultivo de produtos agrícolas e pecuários, inclusive florestamento e reflorestamento e a prestação de serviços correlatos as suas finalidades.

Esta Companhia iniciou suas atividades em 31 de Dezembro 1959, acionista da Companhia Electro aço Altona S/A. Na data deste Formulário de Referência, a Werner S/A é o acionista controlador da Electro aço Altona S/A.

Composição Societária da Empresa Bellevue Produtos em PVC Ltda.

Nome dos Acionistas	Total	%
BERNARDO H.W. WERNER	10.000	1,85%
VALMIR OSNI ESPINDOLA	1.000	0,19%
CARMEN V WERNER	529.000	97,96%
Sub Total	540.000	100,00%

Bellevue Produtos em PVC Ltda.

É uma sociedade por quotas, regida por um contrato social desde 01 de Março de 1995 constituída de acordo com as leis do Brasil, sua sede é na cidade de Blumenau, neste Estado, Santa Catarina, na Rua Eng.º Paul Werner, 800, cujo objeto social consiste na fabricação de esquadrias em pvc, e iluminação natural.

b. controladas e coligadas

A Companhia não possui controladas diretas.

c. participações da Companhia em sociedades do grupo

A Companhia não possui participação em qualquer sociedade.

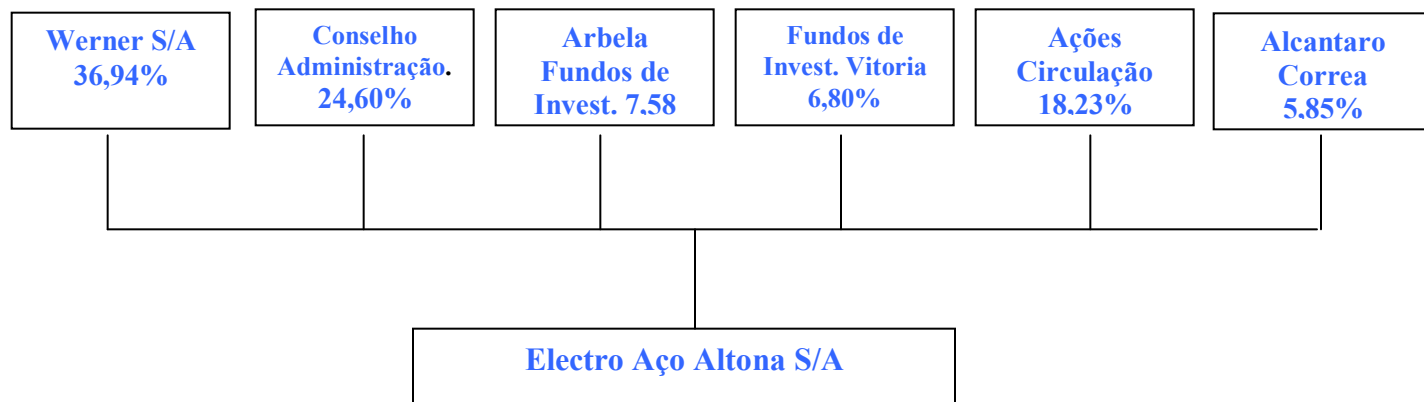
d. participações de sociedades do grupo na Companhia

A Companhia não possui participação em outra Companhia.

e. sociedades sob controle comum

Não aplicável.

8.2 Organograma Societário



8.3. Descrição das operações de reestruturação, tais como incorporações, fusões, cisões, incorporações de ações, alienações e aquisições de controle societário, aquisições e alienações de ativos importantes ocorridas no grupo

A Companhia não possui informações relevantes para este quesito

8.4. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

A Companhia não possui outras informações relevantes para este quesito

9. ATIVOS RELEVANTES

9.1. Bens do Ativo Não Circulante.

Não há outros bens relevantes no ativo não circulantes além dos informados nos itens 9.1 a, b, c.

a. ativos imobilizados, inclusive aqueles objeto de aluguel ou arrendamento, identificando sua localização

Atualmente, possuímos uma planta industrial, com aproximadamente 113 mil metros quadrados. Nosso complexo industrial é dividido em áreas de: Projetos, moldagem, aciaria, tratamento térmicos e acabamento, usinagem e depósito, toda área administrativa e manutenção também faz parte deste. O parque fabril é composto por máquinas e equipamentos que representam parte relevante de nosso ativo imobilizado, bem como investimentos na modernização e logística e meio ambiente deste complexo industrial.

A companhia tem firmado três contratos de arrendamento mercantil com o Banco Safra. Este arrendamento é de característica financeira, e tem por objetivo ao final a aquisição das máquinas e equipamentos industriais.

Adquirimos recentemente um terreno de aproximadamente 2 milhões de metros quadrados para ampliação de nosso parque fabril. Este se beneficia de posicionamento logístico eficiente, que vem de encontro com o planejamento estratégico da Companhia.

b. Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia, informando

No Brasil, a propriedade de uma marca adquire-se somente pelo registro validamente expedido pelo INPI, órgão responsável pelo registro de marcas e patentes, sendo então assegurado ao titular seu uso exclusivo em todo o território nacional por um prazo

determinado de dez anos, passível de renovações. A Companhia possui proteção patentária de sua marca, seus desenhos industriais e suas patentes.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não detém de nenhuma marca, desenhos industriais, patentes ou contratos de domínio de terceiros, dos produtos que fabrica.

c. informações sobre as sociedades em que detemos participação

A Companhia não detém participações com outras sociedades

9.2. Outras Informações Relevantes

Não existem outras informações relevantes sobre este quesito.

10. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

10.1. Opinião dos Nossos Diretores sobre:

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria da Companhia entende que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para implementar o seu plano de negócios e cumprir as suas obrigações de médio a longo prazo.

O atual capital de giro da Companhia é suficiente para as atuais exigências e os seus recursos de caixa, inclusive empréstimos de terceiros, são suficientes para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos, no mínimo, para os próximos 12 (doze) meses.

b . estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando (i) hipóteses de resgate; (ii) fórmula de cálculo do valor de resgate

A Diretoria entende que a atual estrutura de capital apresenta níveis conservadores de alavancagem. Não há hipóteses de resgate de ações de emissão da Companhia além das legalmente previstas.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Nossa maior necessidade de recursos deve-se a:

- (i) pagamento pelo custo dos produtos vendidos e gastos gerais;
- (ii) cronograma de pagamentos de nossos investimentos;
- (iii) impostos sob a receita relacionados a nossas atividades operacionais tais como ICMS, PIS/COFINS e IPI, bem como IR e CS sob Lucro, e Encargos e contribuições sob mão de obra direta e indireta.

Nossa principal fonte de recurso é o caixa ou equivalente de caixa, gerado por meio de nossas atividades operacionais e empréstimos de terceiros. Acreditamos que os recursos existentes, a nossa geração de caixa operacional e os recursos gerados por nossas

captações serão suficientes para as nossas necessidades de liquidez e nossos compromissos financeiros para os próximos 12 meses.

Nosso EBITDA, no período compreendido entre 1º de janeiro de 2009 e 31 de dezembro de 2009, foi de R\$ 24,0 milhões e o nosso resultado financeiro líquido, foi de R\$ 11,8 milhões. Dessa forma, nosso EBITDA apresentou índice de cobertura de 2 vezes o nosso resultado financeiro líquido no exercício.

Nosso EBITDA, no período compreendido entre 1º de janeiro de 2010 e 31 de dezembro de 2010, foi de R\$ 23,8 milhões e o nosso resultado financeiro líquido, foi de R\$ 7,3 milhões. Dessa forma, nosso EBITDA apresentou índice de cobertura de 3,2 vezes o nosso resultado financeiro líquido no exercício.

A Companhia adotou a data de 01/01/2009 para transição da normas internacionais da contabilidade, desta forma as informações relativas ao resultado de 2008 não foram preenchidas pelo fato de não serem comparáveis.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

Atualmente, a principal fonte de financiamento para capital de giro e investimento em ativos não circulantes da Companhia é a sua própria geração de fluxo de caixa operacional. Também utilizamos as linhas de capital de giro dos bancos privados como alternativas de financiamento.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Acreditamos que a geração de caixa operacional da Companhia é suficiente para cumprir as obrigações de capital de giro e passivo circulante. Havendo eventuais descasamentos das disponibilidades com os montantes vencidos no curto prazo contamos com linhas de crédito nos principais bancos comerciais de primeira linha atuantes no país.

A Companhia apresenta em seu planejamento estratégico, investimentos relevantes em ativos não circulantes, havendo necessidade de capital de giro para tal finalidade.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

(i) contratos de empréstimo e financiamento;

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, possuíamos obrigações com instituições financeiras que somavam R\$ 32,7 milhões, sendo que R\$ 14,3 milhões representavam obrigações com instituições financeiras no circulante e R\$ 18,4 milhões correspondiam a obrigações com instituições financeiras no não circulante.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, possuíamos obrigações com instituições financeiras que somavam R\$ 26,9 milhões, sendo que R\$ 21,5 milhões

representavam obrigações com instituições financeiras no circulante e R\$ 5,4 milhões correspondiam a obrigações com instituições financeiras no não circulante.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, possuíamos obrigações com instituições financeiras que somavam R\$ 31,3 milhões, sendo que R\$ 17,4 milhões representavam obrigações com instituições financeiras no circulante e R\$ 13,9 milhões correspondiam a obrigações com instituições financeiras no não circulante.

A tabela abaixo apresenta a composição de nosso endividamento em:

Financiamentos e empréstimos

Modalidade	Encargos Anuais	31/12/10	31/12/09	01/01/09
CURTO PRAZO		14.325	21.506	17.421
FINAME	TJLP+5%a.a	-	1.352	-
ACC	9%a.a	4.829	1.761	979
Capital Giro	CDI+1,2a.m	3.708	8.474	3.439
Mutuo	CDI+0,80a.m	5.411	9.919	13.003
Finimp GCB696/10	US\$+7,40%a.a.	377	-	-
LONGO PRAZO		18.441	5.479	13.954
FINAME	TJLP + 5% a.a	-	-	4.987
Capital Giro	CDI+1,2%a.m	17.736	4.979	8.817
Outros	-	-	500	150
Finimp GCB 696/10	US\$ + 7,40% a.a.	705	-	-

Vencimento dos financiamentos e empréstimos:

	31/12/10	31/12/09	01/01/09
2009	-	-	17.421
2010	-	21.506	10.284
2011	14.325	2.712	1.392
2012	12.424	1.732	1.242
2013	6.017	1.035	1.036
TOTAL	32.766	26.985	31.375

A Companhia para exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2010, tem celebrado contrato de garantias e avais com a Companhia Werner S/A, que se estabelece da seguinte forma:

Os empréstimos bancários da Companhia de 2010, que estão sendo amortizados regularmente em seus vencimentos sob a garantia de máquinas e equipamentos e avais. A Companhia celebrou com a empresa Werner S.A. Agricultura, Indústria e Comércio, a prestação remunerada de fiança, aval e outras avenças, até o limite de R\$ 80.000. Em 31 de Dezembro de 2010, o montante de operações contratadas pela Companhia, garantido pela avalista/fiadora, é de R\$ 53.525. Para 2010, a Companhia pagou à

avalista/fiadora, a título de remuneração, a importância de R\$ 342, registrado na demonstração do resultado sob a rubrica "Outras despesas operacionais".

(ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras e publicas;

Não há outras relações de longo prazo a não ser as acima mencionadas

(iii) parcelamentos de longo prazo - REFIS;

Amparada na Lei N.º 9.964 de 10 de abril de 2000, a Administração da Companhia protocolou, em fevereiro de 2000, seu pedido de opção pelo Programa de Recuperação Fiscal – REFIS.

A amortização do passivo consolidado, conforme previsto no programa REFIS, está sendo efetuada regularmente à base de 1,2% sobre a receita bruta ajustada, desde março de 2000. O saldo devedor está sendo atualizado pela TJLP. Considerando a expectativa de crescimento no valor da receita da Companhia (base de pagamento), estima-se que o valor desse passivo deverá ser quitado até meados do ano de 2053.

Em garantia do REFIS foram arrolados e penhorados, os bens do ativo imobilizado.

Na adesão da Companhia ao REFIS, os honorários advocatícios de sucumbência arbitrados inicialmente nas execuções fiscais ajuizadas pelo INSS foram incorporadas ao parcelamento a razão de 10%. . A Lei que instituiu o programa REFIS estabelecia, no entanto, honorários de sucumbência de 1% Para reduzir o valor de honorários inicialmente consolidados no REFIS, a assessoria jurídica da Companhia requereu em todas as execuções do INSS a redução dos honorários para o percentual de 1%, de acordo com MP 303/06.

A Companhia obteve êxito na redução dos honorários para o patamar de 10% para 1% em três execuções, o que proporcionou a redução dos honorários incluídos no REFIS, onde reconhecidos contabilmente a crédito do resultado na conta outras receitas operacionais, que no primeiro semestre de 2010, perfaz o montante de R\$ 2.242 mil.

A Companhia discute também no âmbito administrativo a indevida inclusão de supostos débitos a título de imposto de renda e contribuição social não recolhidos nos exercícios de 1990 e 1991, sendo que para aqueles exercícios a Companhia não apresentou lucro tributável. Este tema gera uma diferença entre o valor contabilizado pela Companhia e o extrato do REFIS junto à Receita Federal, na ordem de R\$ 2.254 mil em 31 de Dezembro de 2010.

O passivo relativo ao REFIS encontra-se abaixo destacado:

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Circulante	2.348	1.288	2.961
Não circulante	97.275	99.216	98.776
	99.623	100.504	101.737

(iv) eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

Não há restrições para limites de endividamento e contratação de novas dívidas, havendo disposições estatutárias regulando a distribuição de dividendos, e emissão de novos valores mobiliários, conforme quesitos 17.2 e 18 deste formulário de referência.

g. limites de utilização dos financiamentos já contratados

A Companhia não possui limites de utilização de financiamentos já contratados

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Demonstração dos resultados – em Milhares de Reais

	2010	%	2009	%	% Horiz.
Receita Operacional Líquida	145.891	100,0%	123.097	100,0%	18,5%
Custo dos Produtos Vendidos	(110.801)	75,9%	(91.376)	74,2%	21,2%
Lucro Bruto	35.090	24,0%	31.721	25,8%	10,6%
Receitas Operacionais	7.378		9.809		
Outras Receitas Operacionais	7.378	5,0%	9.809	7,9%	24,8%
Despesas Operacionais					
Despesas com vendas	(11.701)	8,0%	(10.663)	8,7%	9,7%
Despesas gerais e administrativas	(11.966)	8,2%	(11.370)	9,2%	5,2%
Remuneração dos administradores	(3.562)	2,4%	(3.645)	2,9%	-2,2%
Outras Despesas Operacionais	(24)		(435)		
Despesas operacionais líquidas	(27.253)	18,7%	(26.113)	21,2%	4,4%
Resultado antes das Receitas e (despesas) Financeiras	15.215	10,4%	15.418	12,5%	-1,3%
Despesas financeiras	(9.257)		(14.772)		
Receitas financeiras	1.963		2.947		
Resultado Financeiro	(7.294)	5,0%	(11.825)	9,6%	-38,3%
Resultado antes dos Tributos sobre Lucro	7.921	5,4%	3.593	2,9%	120,4%
Provisões IRPJ e CSLL	(1.994)		(1.056)		
Resultado Líquido das Operações Continuadas	5.927	4,0%	2.537	2,0%	133,6%
Lucro por Ação – Em Reais (R\$)	2,63		1,13		

Análise das principais contas do resultado – 2010 x 2009

Receita Operacional Líquida

Nossa receita operacional líquida foi de R\$ 145,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, comparada a R\$ 123,1 milhões no mesmo período em 2009, um incremento de 18,5% ou R\$ 22,8 milhões.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, 67% da nossa receita operacional líquida foi proveniente do mercado interno, em comparação a 68% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009. O incremento da receita de um ano para outro, se da pelo retomada dos negócios, que se reduziu durante a crise do biênio 2008/2009.

Custo dos Produtos Vendidos

O custo dos produtos vendidos foi de R\$ 110,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, comparado ao custo dos produtos vendidos de R\$ 91,4 milhões no mesmo período em 2009, representando um incremento de 21,2% ou R\$ 19,4 milhões. Como percentual da receita operacional líquida, os custos dos produtos vendidos se mantiveram ente 74% a 76%.

Essa variação deve-se, principalmente, ao aumento dos custos para adequação da produção em função dos efeitos pós-crise, que achatou a atividade operacional, motivo da variação da receita operacional líquida, comentado acima.

Outras Receitas Operacionais

Os saldos contábeis de outras receitas operacionais podem ser assim apresentados:

	31/12/2010	%s/ROL	31/12/2009	%s/ROL	%Horiz
Outras receitas					
Reversão de Juros	1.536		3.369		
Reversão de Multas	374		199		
Despesas Recuperadas	613		5.436		
Outras Receitas	1.322		3.527		
Outros itens Extraordinários	3.797		-		
	7.642	5,2%	12.531	10,2%	39,0%
Outras despesas					
Perdas Operações M.Externo	288		1.712		
Outras Despesas	-		1.444		
	288	0,2%	3.156	2,6%	-90,8%

a) Tributos Federais sob discussão Administrativa

Em 2009, a Companhia obteve êxito nos processos administrativos que estavam tramitando na Receita Federal referente ao aproveitamento de créditos de IPI, relativos ao exercício social de 2004. O efeito no resultado de 2009 é de R\$ 4.129 mil, apropriados em outras receitas operacionais.

b) Tributos Federais sob discussão judicial e MP 303/06 – INSS

INSS Parcelamento: com base na Medida Provisória 303, de 29 de junho de 2006, a Companhia efetuou pedido de parcelamento da NFLD N.º 35.246.178-0 no dia 15 de setembro de 2006 junto a Secretaria da Previdência Social – INSS, tendo quitado o montante da obrigação em 6 parcelas, sendo a primeira parcela paga em 15 de setembro de 2006 e a última parcela foi paga em 21 de fevereiro de 2007. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a Companhia aguardava a homologação e a quitação do parcelamento concluído.

A Companhia para exercício de 2010 tem registrado em outras receitas (Itens Extraordinários) R\$ 3,7 milhões, a título de êxito na redução dos honorários advocatícios, conforme previsão na MP 303/2006 e homologação favorável já julgada para redução de 20% para 1% dos honorários advocatícios e TJLP relativos ao processo citado.

No último trimestre de 2010 registrou-se alguns eventos importantes nesta ação, a saber:

- i) obtido parecer jurídico junto ao advogado da Companhia, Dr. Pedro Henrique Fontes Fornasaro, datado de Dezembro/2010, onde é citado que apenas por questões burocráticas os saldos não foram integralizados pela Procuradoria da Fazenda, sendo assim não oferece riscos a Companhia. Desta forma, foi realizado emparelhamento dos saldos registrados no ativo e passivo;
- ii) ainda neste mesmo mês, datado de 14/12/2010, temos o requerimento da Companhia junto ao Fisco de Blumenau/SC, questionando os valores utilizados pelo fisco como base para aplicação da redução de encargos previsto na MP 303/2006, onde que na ocasião foram depositados em juízo valores acima do devido. Tais valores são objetos de questionamento e já receberam despacho favorável em 14/02/2011 pela Contadoria de Blumenau – em primeiro grau em valores superiores aos registrados pela Companhia;
- iii) para 31/12/2010 a Companhia optou por deixar registrado apenas R\$ 1.324 mil relativo ao emparelhamento dos saldos ativos e passivo (citado no ponto I). Os valores citados no ponto II, que superam este saldo e tiveram despacho favorável em primeiro grau pela Contadoria de Blumenau, não foram registrados pelo fato de ser um assunto muito recente e que deve ser apreciado em breve pelo Fisco.

Adicionalmente a Companhia registra no ativo, valores referentes a depósitos judiciais assim constituídos:

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Ações	306	197	39
trabalhistas			
Tributárias	1.324	9.051	9.051
	1.630	9.248	9.090

c) Contingência

A Companhia, em virtude das discussões expostas, efetuou provisão para contingências prevendo a aplicação de encargo legal aos tributos mencionados, bem como a aplicação de honorários advocatícios referente ao INSS, na desistência da defesa, por ocasião da adesão ao parcelamento da MP 303/06.

Para o exercício de 2009, os assessores jurídicos da Companhia obtiveram sucesso judicialmente para a redução dos honorários que prevê a MP 303/06 junto ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região, de forma que as provisões foram ajustadas, e seus reflexos, apropriados em outras receitas operacionais. O saldo para contingências, em 31 de Dezembro é de R\$ 102 mil (2008 - R\$ 2.603 mil).

(i) Na adesão da Companhia ao REFIS, os honorários advocatícios arbitrados inicialmente nas execuções fiscais ajuizadas pelo INSS foram integralizados no parcelamento de modo que se acresceu à dívida.

Verificando as execuções, percebeu-se que na maioria delas foram arbitrados honorários no percentual de 10% do valor executado. Para reduzir este valor de honorários integralizado no REFIS, a assessoria jurídica da Companhia requereu em todas as execuções do INSS a redução dos honorários para o percentual de 1%, de acordo com MP 303/06.

Obteve-se a redução dos honorários para o patamar de 5% em três execuções (Execuções Fiscais nº 99.20.01170-3, 99.20.01171-1 e 99.20.01172-0 que executam as NFLD's 32.631.184-29, 32.631.844-5 e 32.631.843-7 respectivamente), o que proporcionou à Companhia a redução dos honorários incluídos no REFIS, onde reconhecidos contabilmente no resultado do exercício na conta outras receitas operacionais.

Obteve-se êxito ainda para a redução dos honorários para o patamar de 1% nas execuções nº 94.20.01182-8, 96.20.01516-9 e 96.20.03603-4 que executam as NFLD's nº 31.853.717-6, 31.853.718-4, 31.853.719-2, 31.853.720-6, 31.964.758-7, 31.964.757-9, 31.964.759-5, 31.964.760-9, 31.964.763-3, 31.964.762-5, 31.853.734-6, 31.631.788-8, 31.631.798-5 e 31.631.868-0, o que proporcionou à empresa a redução de honorários

incluídos no REFIS, reconhecidos no resultado do exercício na conta outras receitas operacionais.

A Companhia está envolvida em discussões administrativas e jurídicas de natureza trabalhista e tributária. Para as causas cuja probabilidade foi considerada como perda provável, foi registrada provisão para contingências, como abaixo indicado:

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>01/01/2009</u>
Tributárias	-	10.545	2.603
Trabalhistas	916	481	427
	<u>916</u>	<u>11.026</u>	<u>10.627</u>

Atuarial

Conforme citado na Nota Explicativa 2 – item 2.13, a revisão do Plano de Benefício de Assistência Médica Pós-Emprego é realizada por consultoria atuarial independente – CTS Consultoria Técnica Atuarial e Seguros Ltda., a qual destaca as seguintes premissas como conclusão para a provisão realizada de R\$ 475 mil em dez/10:

De acordo com o item 96 da Deliberação CVM 600 de 2009 “Ao mensurar o seu passivo de benefício definido de acordo com o item 54, a entidade deve, sujeito ao disposto no item 58A, reconhecer o custo do serviço passado como despesa linear durante o período médio até que os benefícios se tornem adquiridos. No caso em que os benefícios já forem imediatamente adquiridos no momento de introdução de um plano de benefício definido ou de alterações no plano de benefício definido já existente, a entidade deve reconhecer o custo do serviço passado imediatamente”.

Mediante o exposto, o valor do passivo atuarial a ser constituído e reconhecido imediatamente a título de reserva de Benefício de Plano Vitalício de Assistência Médica Pós – Emprego é de R\$ 475 mil.

Seguindo ainda o item 99 da Deliberação CVM 600/2009 “A entidade estabelece o plano de amortizações relativo ao custo do serviço passado quando os benefícios são introduzidos ou alterados. Seria impraticável manter os registros detalhados necessários para identificar e implementar alterações subsequentes nesse plano de amortização. Além disso, só é provável que o efeito seja material quando houver uma redução ou uma liquidação. Portanto, a entidade só altera o plano de amortização relativo ao custo do serviço passado se houver uma redução ou uma liquidação”.

As despesas com vendas

As despesas com vendas atingiram R\$ 11,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, quando comparado aos gastos de R\$ 10,7 milhões no mesmo período em 2009 representando um incremento de 9,3%, ou R\$ 1,0 milhão. Como percentual da receita líquida de vendas, as despesas com vendas tiveram uma oscilação de redução no ordem de 0,6 pontos percentuais, quando comparamos os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro 2010 e 2009.

O aumento nas despesas comerciais se deu na reestruturação organizacional em virtude do aquecimento dos negócios ocasionado pela situação pós-crise mundial de 2008/2009.

As despesas gerais e administrativas

As despesas administrativas foram de R\$ 12,0 milhões do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 contra R\$ 11,4 milhões no mesmo período em 2009, o que significou um incremento de 5,3%, ou R\$ 0,6 milhão. Como percentual da receita operacional líquida, as despesas gerais e administrativas diminuíram na ordem de 1 ponto percentual no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 em comparação com o mesmo período em 2009. Da mesma forma que nas despesas relacionadas a vendas, a redução se deu na reestruturação organizacional.

As despesas financeiras

As despesas financeiras foram de R\$ 9,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, comparados a R\$ 14,8 milhões no mesmo período em 2009 representando uma redução de 37,2%, ou R\$ 5,5 milhões.

As receitas financeiras

As receitas financeiras foram de R\$ 2,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, contra R\$ 2,9 milhões no mesmo período em 2009, representando uma redução de 31,0% ou R\$ 0,9 milhão.

O principal efeito no resultado líquido, entre despesas e receitas financeiras se da pela perda com variação cambial no período encerrado em 31 de dezembro de 2009 em função de nossos ativos recebíveis em moeda estrangeira.

A Companhia adotou a data de 01/01/2009 para transição da normas internacionais da contabilidade, desta forma as informações relativas ao resultado de 2008 não foram preenchidas pelo fato de não serem comparáveis.

Balanco Patrimonial – em Milhares de Reais

Ativo	31/12/10	%	31/12/09	%	%	01/01/09	%	% Horiz-
		Ativo		Ativo	Horizontal		Ativo	para 2009
			Reapresentado			Abertura		
Circulante								
Caixa e equivalentes de caixa	16.206	6,8%	22.863	9,7%	-29,1%	25.331	9,3%	-9,7%
Contas a receber	21.840	9,2%	14.824	6,3%	47,3%	41.127	15,1%	-63,9%
Estoques	20.241	8,5%	13.494	5,7%	50,0%	19.859	7,3%	-32,0%
Impostos a recuperar	5.965	2,5%	5.173	2,2%	15,3%	4.769	1,7%	8,5%
Outras contas a receber	1.786	0,7%	1.470	0,6%	21,5%	1.784	0,7%	-17,6%
Despesas antecipadas	106	-	1.395	0,6%	-92,4%	84	-	-
Total do ativo circulante	66.144	27,8%	59.219	25,2%	11,7%	92.954	34,2%	-36,3%
Não circulante								
Realizável a longo prazo								
IR e CS diferidos	9.103	3,8%	10.970	4,7%	17,0%	12.010	4,4%	-8,6%
Depósitos judiciais	1.630	0,7%	9.248	3,9%	82,4%	9.090	3,3%	1,7%
Outros créditos	2.383	1,0%	543	0,2%	338%	-	-	-
Permanente								
Imobilizado	158.089	66,4%	154.352	62,6%	2,4%	156.217	57,5%	-1,1%
Intangível	614	0,3%	959	0,4%	-35,9%	1.363	0,5%	-29,6%
Total do ativo não circulante	171.819	72,2%	176.072	74,8%	-2,4%	178.680	65,8%	-1,5%
Total do ativo	237.963	100%	235.291	100%	1,1%	271.634	100%	-13,4%
Passivo	31/12/10	%	31/12/09	%	%	01/01/09	%	% Horiz-
		Pass.		Pass.	Horizontal		Ativo	para 2009
			Reapresentado			Abertura		
Circulante								
Empréstimos	14.325	6,0%	21.506	9,1%	33,3%	17.421	6,4%	23,4%
Fornecedores	8.017	3,4%	4.322	1,8%	85,5%	5.567	2,0%	-22,4%
Programa de rec. fiscal – REFIS	2.348	1,0%	1.288	0,5%	82,3%	2.961	1,0%	-56,5%
Impostos e contribuições	3.544	1,5%	3.609	1,5%	1,8%	13.863	5,1%	-74,0%
Incentivo Fiscal – PRODEC	1.876	0,8%	2.145	0,9%	12,5%	2.553	0,9%	-16,0%
Arrendamento mercantil – leasing	949	0,4%	1.014	0,4%	-6,4%	1.343	0,5%	-24,5%
Adiantamentos de clientes	1.610	0,7%	2.376	1,0%	-32,2%	19.479	7,1%	-87,8%
Provisão para férias e encargos	2.699	1,1%	2.867	1,2%	-5,8%	3.129	1,1%	-8,4%
Provisão para contingências	916	0,4%	11.026	4,7%	-91,6%	10.627	3,9%	3,8%
Outras contas	3.998	1,7%	3.053	1,3%	30,9%	7.243	2,7%	-57,8%
Total do passivo circulante	40.282	16,9%	53.206	22,6%	24,3%	84.186	31,0%	-36,8%
Não circulante								
Programa de rec. fiscal – REFIS	97.275	40,9%	99.216	42,2%	1,7%	98.776	36,3%	0,4%
IR e CS diferidos	29.882	12,1%	31.146	13,2%	4,0%	31.218	11,5%	1,0%
Impostos e contribuições	2.114	0,9%	1.220	0,5%	73,2%	1.077	0,4%	13,3%
Arrendamento mercantil – leasing	926	0,3%	1.585	0,6%	41,5%	2.244	0,8%	-29,4%
Incentivo Fiscal – PRODEC	3.234	1,3%	3.557	1,5%	-9,0%	2.834	1,0%	25,5%
Empréstimos	18.441	7,7%	5.479	2,3%	236%	13.954	5,1%	-60,7%
Total do passivo não circulante	151.872	63,9%	142.203	60,5%	6,8%	150.103	55,2%	-5,3%
Patrimônio líquido								
Capital Social	8.594	3,6%	8.594	3,6%	-	8.594	3,2%	-
Prejuízos Acumulados	(20.792)	-8,7%	(29.175)	-12,4%	-28,7%	(31.857)	-11,7%	-8,4%
Outros resultados abrangentes	58.007	24,3%	60.463	25,7%	4,0%	60.608	22,3%	-0,2%
Total do patrimônio líquido	45.809	19,2%	39.882	16,9%	14,8%	37.345	13,8%	6,8%
Total do passivo	237.963	100%	235.291	100%	1,1%	271.634	100%	-13,4%

Análise das principais contas do balanço patrimonial – 2010 x 2009

O Ativo circulante era de R\$ 66,1 milhões em 31 de dezembro de 2010 em comparação a um saldo de R\$ 59,2 milhões em 31 de dezembro de 2009, o que representou um incremento de 11,7%, ou R\$ 6,9 milhões. Em relação ao Ativo total, o Ativo circulante foi de 27,8% em 31 de dezembro de 2010, e 25,2% em 31 de dezembro de 2009.

Esse aumento ocorreu principalmente em virtude das seguintes principais alterações:

- (i) aumento de 47%, ou R\$ 7 milhões, na rubrica de contas a receber devido a retomada dos negócios após a crise mundial;
- (ii) com a aquecimento dos negócios a houve um aumento na demanda incrementando assim os estoques em 50% comparando o exercício fundos de 2010 para com o de 2009, o montante desse aumento é de R\$ 6,8 milhões.

Mesmo com o aumento do Ativo Circulante em 11,7%, nosso caixa reduziu em 29% ou R\$ 6,6 milhões. Esse desencaixe fez frente aos aumentos nos estoques em função da retomada, onde nosso ciclo operacional em media é de 45/50 dias de acordo com o mix da linha de produção.

O Ativo não circulante era de R\$ 171,8 milhões em 31 de dezembro de 2010 e de R\$ 176,0 milhões em 31 de dezembro de 2009, representando uma redução de 2,4%, ou R\$ 4,2 milhões. Para esta rubrica a Companhia não teve oscilações significativas.

O passivo circulante era de R\$ 40,3 milhões em 31 de dezembro de 2010 em comparação a um saldo de R\$ 53,2 milhões em 31 de dezembro de 2009, representando uma redução de 24,3%, ou R\$ 12,9 milhões.

Esta redução ocorreu principalmente em virtude de renegociações de no alongamento de dividas com empréstimos de curto para longo prazo e passivos contingentes.

O passivo não circulante era de R\$ 151,9 milhões em 31 de dezembro de 2010 versus um saldo de R\$ 142,2 milhões em 31 de dezembro de 2009, o que representou um incremento de 6,8%, ou R\$ 9,7 milhões. Este aumento deveu-se fundamentalmente alongamento de empréstimos e financiamentos.

O Patrimônio Líquido era de R\$ 45,8 milhões em 31 de dezembro de 2010 e de R\$ 39,9 milhões em 31 de dezembro de 2009, o que representou um incremento de 14,8% ou R\$ 5,9 milhões. O resultado do exercício foi registrado para absorção de prejuízos acumulados, que o saldo em 31 de dezembro de 2010 era de R\$ 20,8 milhões

Análise das principais contas do balanço patrimonial – 2009 x 01/01/2009

O Ativo circulante era de R\$ 59,2 milhões em 31 de dezembro de 2009 em comparação a um saldo de R\$ 92,9 milhões em 01 de janeiro de 2009, o que representou uma redução de 36,3%, ou R\$ 33,7 milhões. Em relação ao Ativo total, o Ativo circulante foi de 25,2% em 31 de dezembro de 2009 e 34,2% em 01 de janeiro de 2009.

Esse aumento ocorreu principalmente em virtude das seguintes principais alterações:

- (i) Redução de 64%, ou R\$ 26,3 milhões, na rubrica de contas a receber devido a crise que afetou os negócios no habito mundial;
- (ii) Com recessão dos negócios em 2009, houve um redução na demanda assim os estoques, equiparando-se aos patamares de 01 de janeiro de 2009 diminuirão aproximadamente 32% ou R\$ 6,4 milhões.

Outro ponto que impactou na redução do Ativo Circulante de 36,3%, foi caixa ou equivalentes de caixa que reduziu em 9,7% ou R\$ 2,5 milhões. Esse descaixe fez frente a reestruturação operacional e ocupacional.

O Ativo não circulante era de R\$ 176,1 milhões em 31 de dezembro de 2009 e de R\$ 178,6 milhões em 01 de janeiro de 2009, representando uma redução de 1,5%, ou R\$ 2,5 milhões. Para esta rubrica a Companhia não teve oscilações significativas.

O passivo circulante era de R\$ 53,2 milhões em 31 de dezembro de 2009 em comparação a um saldo de R\$ 84,2 milhões em 01 de janeiro de 2009, representando uma redução de 36,8%, ou R\$ 31 milhões.

- (i) Os empréstimos e financiamentos tiveram um aumento de 23%, ou R\$ 4,1 milhões, em função de renegociações de no alongamento de dividas com empréstimos de curto para longo prazo;
- (ii) Reconhecimento e consolidação de passivo fiscal com o INSS, registrando assim uma redução de mais de 74% ou R\$ 10,2 milhões;
- (iii) Com a retração dos negócios, outra conta que sofre redução foi adiantamentos de Clientes, passou de um saldo em 01 de janeiro de 2009 de R\$ 19,5 milhões para R\$ 2,4 milhões em 31 de dezembro de 2009 ou R\$ 17,1 milhões, 88% de redução.

O passivo não circulante era de R\$ 142,2 milhões em 31 de dezembro de 2009 versus um saldo de R\$ 150,1 milhões em 01 de janeiro de 2009, o que representou uma redução de 5,3%, ou R\$ 7,9 milhões. Esta redução deveu-se fundamentalmente por liquidação de empréstimos e financiamentos.

O Patrimônio Líquido era de R\$ 39,9 milhões em 31 de dezembro de 2009 e de R\$ 37,3 milhões em 01 de janeiro de 2009, o que representou um incremento de 6,8% ou R\$ 2,6 milhões. O resultado do exercício foi registrado para absorção de prejuízos acumulados, que o saldo em 31 de dezembro de 2009 era de R\$ 29,2 milhões

10.2. Opinião dos Nossos Diretores sobre

a. resultados das nossas operações, em especial:

(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Nossa receita bruta de vendas é denominada em reais, que provém da venda de nossos produtos no território nacional e internacional, cujos clientes na sua maioria, são multinacionais, em diferentes atividades, entre elas, as montadoras de autopropulsores, e geração de energia.

(ii) fatores que podem e afetaram materialmente os resultados operacionais

Nossa situação financeira e o resultado de nossas operações foram influenciados por fatores como o desenvolvimento macro-econômico brasileiro e crescimento globalizado de expansão dos mercados que nossos clientes atuam.

O cenário macro-econômico brasileiro tem se caracterizado por variações significativas no crescimento econômico e nas taxas inflacionárias e cambiais, principalmente do que diz respeito a recuperação pós-crise . O Real manteve sua tendência e teve apreciação frente ao Dólar de 5% em dezembro de 2010. A taxa média anual de desemprego diminuiu de 8,1% em 31 de dezembro de 2009 para 6,7% em 31 de dezembro de 2010.

(fonte IBGE)

O ano de 2008 foi marcado por um agravamento da crise financeira internacional originada no sistema financeiro norte-americano, que se estendeu em 2009. O principal impacto dessa crise sobre a economia brasileira foi a desaceleração das expectativas em relação à atividade econômica em 2009 e, com menor relevância, em 2010.

No ano de 2010, a taxa de inflação medida pelo IPCA foi 5,9% (2009 4,3%). Esse percentual ficou dentro da meta estabelecida pelo Banco Central (4,5%), que compreende a faixa entre 2,5% e 6,5%. A manutenção da inflação nesse patamar pode ser atribuída à política monetária que resultou na elevação da taxa Selic ao longo do ano, em 11% ao ano em 2009 para 10,75% ao ano em 31 de dezembro de 2009.

Fonte:BCB

Logo no primeiro trimestre de 2009, passamos a sentir os efeitos da crise internacional, com a restrição de liquidez e ofertas menores, conseqüentemente, desaceleração de alguns segmentos, destacando-se o de veículos, que apresentou queda de 10,8% no

volume de vendas no quarto trimestre de 2008 quando comparado ao mesmo período de 2007 segundo o IBGE.

No decorrer do ano de 2009, a economia brasileira demonstrou relativa resistência à crise. Os indicadores macroeconômicos melhoraram e, apesar da esperada desaceleração do crescimento do PIB para o ano de 2009, o relatório Focus do Banco Central, divulgado em 8 de janeiro de 2010, indica somente uma ligeira queda do PIB (0,3% de variação) em 2009, já prevendo crescimento substancial de 5,2% para 2010. Em virtude da desaceleração de crescimento de nossos clientes, começamos a sentir a reação logo no primeiro trimestre de 2010. Para ano de 2011 estamos convictos que será marcado pela volta da recuperação gradativa e constante do resultado positivo.

Efeitos dos principais fatores macroeconômicos que afetam os nossos resultados

Como podemos ver, nos últimos anos a as taxas inflacionárias estão mais estáveis, vindo de encontro, principalmente a política monetária imposta pelo Governo Federal, incluindo mudanças periódicas nas taxas de juros, além da valorização do real em relação ao dólar nos últimos três anos. Nosso desempenho financeiro pode ser afetado pela inflação, uma vez que uma parcela expressiva dos nossos custos e despesas operacionais é incorrida em reais e é reajustada pela inflação.

Nossa receita bruta de vendas também é afetada pela inflação, uma vez que, de modo geral, repassamos parte dos aumentos nos custos para nossos clientes por meio de aumentos de preços. Não podemos prever, no entanto, se seremos capazes de repassar o aumento dos custos para nossos clientes no futuro. As variações cambiais afetaram e podem continuar a afetar no futuro nosso resultado financeiro.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

A receita da Companhia é impactada diretamente pelas alterações no volume de vendas, mix de mercado conseqüentemente modificações de preço. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, a receita líquida de vendas da Companhia apresentou um incremento de 18,5% em relação ao ano anterior, aumento este que totalizou R\$ 22,8 milhões.

A retomada dos negócios após a crise que se estendeu para o biênio 2008/2009, foi a principal variação positiva da receita para os exercícios de 2010 e 2009.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no nosso resultado operacional e financeiro

De certa forma somos afetados pela inflação, reajustes de preços das commodities que são na sua maioria reguladas pelas bolsas de valores, onde nosso desempenho financeiro pode ser afetado, uma vez que, nossos custos e despesas operacionais é incorrida em

reais e é reajustada pela inflação, impactando nossa receita bruta de vendas uma vez que, de modo geral, repassamos parte dos aumentos nos custos para nossos clientes por meio de aumentos de preços.

10.3. Opinião dos Nossos Diretores acerca dos efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras da Companhia e em seus resultados

a. da introdução ou alienação de segmento operacional

Buscamos constantemente o crescimento de nossa receita líquida, acompanhada de rentabilidade em nossas margens. Buscamos atingir este objetivo, através das metas estabelecidas no planejamento estratégico, atreladas a política de vendas. É parte de nossa estratégia de negócios a expansão para uma nova unidade, mais moderna e com logística apurada, com o objetivo de atender a demanda para os seguimentos dos clientes que **atendemos, onde caracterizamos de categorias repetitivas e sob encomenda.**

b . da constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não existem eventos ou operações relacionadas a participação societária.

c. dos eventos ou operações não usuais

Não existem eventos ou operações não usuais praticados pela Companhia.

10.4 Opinião dos Nossos Diretores sobre

a. mudanças significativas nas práticas contábeis

Em todos os períodos anteriores, incluindo o ano fiscal findo em 31 de dezembro de 2009, a Companhia preparou suas demonstrações financeiras de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).As presentes demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras preparadas de acordo com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Desta forma, a Companhia preparou suas demonstrações financeiras cumprindo as normas previstas nos CPCs para os períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2010, como descrito em suas políticas contábeis. Para as presentes demonstrações financeiras, o saldo de abertura considerado foi o de 1º de janeiro de 2009, data da transição para os CPCs. Esta nota explica os principais ajustes efetuados pela Companhia para republicar o balanço patrimonial de abertura no BRGAAP em 1º de janeiro de 2009 e também para o balanço patrimonial publicado preparado de acordo com o BRGAAP para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009.

Os pronunciamentos que se tornaram efetivos ao longo dos exercícios de 2010 e 2009, e que afetaram de forma relevante os valores divulgados nestas demonstrações financeiras, referem-se à:

- Pronunciamento CPC 27 e Interpretação ICPC 10 – Ativo Imobilizado.
- CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia. Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas da data de transição de acordo com o CPC37, a Companhia aplicou todas as disposições obrigatórias previstas na norma.

b . efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

a) Conciliação do patrimônio líquido e do lucro líquido

	01/01/2009	31/12/2009	
	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio Líquido
Saldo originalmente publicado	(22.263)	1.966	(20.578)
Custo Atribuído (Ajuste de avaliações patrimoniais)	91.826		91.606
Depreciação do Custo Atribuído no Exercício		(220)	
Efeito do alongamento da vida útil dos itens do imobilizado à custo original (Impostos diferidos)	-	716	-
	<i>(31.218)</i>	75	<i>(31.146)</i>
Saldo em 01/01/2009 ajustado CPCs	37.345	2.537	39.882

b) Balanço de transição

	31/12/08 publicado	AJUSTES	01/01/09 rerepresentado
		Custo Atribuído	
ATIVO			

Ativo circulante	92.954	-	92.954
Ativo não circulante / Permanente	86.854	91.826	178.680
Imobilizado	64.391	91.826	156.217
Outras Contas	22.463	-	22.463
TOTAL DO ATIVO	179.808	91.826	271.634
PASSIVO			
Passivo Circulante	84.186	-	84.186
Passivo não circulante	118.885	31.218	150.103
Obrigações Fiscais	102.687	31.218	133.905
Outras Contas	16.198	-	16.198
Total do passivo	203.071	31.218	234.289
Patrimônio líquido	(23.263)	60.608	37.345
Capital social	8.594	-	8.594
Lucros / Prejuízos Acumulados	(31.857)	-	(31.857)
Ajuste de avaliação patrimonial	-	60.608	60.608
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	179.808	91.826	271.634

Nas conciliações acima, foram considerados os CPCs deliberados pela CVM com aplicação aos exercícios encerrados a partir de dezembro de 2010 e às demonstrações financeiras de 2009 para fins de comparação.

c. ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Nos últimos 3 exercícios sociais não foram feitas ressalvas nos relatórios de nossos auditores independentes.

Os pareceres dos auditores independentes relativos às demonstrações financeiras dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2007 e 2008 contêm parágrafo de ênfase relativa à alteração das práticas contábeis em decorrência da aplicação das Lei nº 11.638/07 e 11.941/09. A opinião dos Diretores e detalhamento dos impactos decorrentes de tais alterações nas práticas contábeis está descrita no item “b” acima.

Os relatórios dos auditores independentes relativos às demonstrações financeiras dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2009 e 2008 contêm parágrafo de ênfase

relativo à continuidade normal dos negócios. No relatório dos auditores independentes relativo às demonstrações financeiras de 2010 a ressalva foi retirada, sendo justificado:

“a Companhia afastou esse risco através do retorno do patrimônio positivo, manutenção de lucratividade e melhora de índices de endividamento. Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras de 2010, examinamos também os ajustes descritos na Nota Explicativa 04 que foram efetuados para alterar as demonstrações contábeis de 2009.”

10.5. Opinião dos Nossos Diretores acerca das Políticas Contábeis Críticas Adotadas explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

A elaboração de nossas demonstrações financeiras de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil requer que efetuemos certos julgamentos e utilizemos premissas na determinação do valor e registro de estimativas contábeis, a respeito dos efeitos de questões que são, por natureza, incertas e que impactam o valor de nossos ativos e passivos. Embora a Companhia acredite que seus julgamentos e estimativas se baseiem em premissas razoáveis, as quais são revisadas periodicamente, estão sujeitas a vários riscos e incertezas e tenham sido feitas com base nas informações disponíveis, seus resultados efetivos podem apresentar variações em relação às estimativas e julgamentos apresentados.

Objetivando a fornecer um entendimento de como formamos nosso julgamento e estimativas sobre determinados eventos futuros, resumimos as nossas principais práticas contábeis críticas:

Instrumentos financeiros

A Companhia efetuou operações exclusivamente com instrumentos financeiros não-derivativos, os quais incluem aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas. Os instrumentos financeiros não-derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data do balanço, os quais contemplam os custos de transação e rendimentos diretamente atribuíveis.

Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários. A Companhia

ajustou a valor presente (AVP) os valores a receber de circulante e não circulante considerados relevantes, com base na taxa Anbid, a partir da data da operação. A Provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada com base nas perdas estimadas e seu montante é considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização das contas a receber.

Imobilizado

Instalações e equipamentos são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma inspeção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor presente do custo esperado da desativação do ativo após a sua utilização é incluído no custo do correspondente ativo se os critérios de reconhecimento para uma provisão forem satisfeitos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício.

Em função da mudança da prática contábil brasileira para plena aderência ao processo de convergência às práticas internacionais, na adoção inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 27 (IAS 16) e CPC 28 (IAS 40), a Companhia optou em proceder o ajuste nos saldos iniciais à semelhança do que é permitido pelas normas internacionais de contabilidade, com a utilização do conceito de custo atribuído (deemed cost), conforme previsto nos Pronunciamentos Técnicos CPC 37 (IFRS 1) e CPC 43.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Em 1º de janeiro de 2010 a companhia procedeu a revisão da vida útil de seu ativo imobilizado tendo modificado a taxa de depreciação de certos bens a partir daquela data.

Arrendamentos Mercantis

A caracterização de um contrato como arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

Arrendamentos mercantis financeiros que transferem à Companhia, basicamente, todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação. Os pagamentos de arrendamento mercantil financeiro são alocados a encargos financeiros e redução de passivo de arrendamento mercantis financeiros de forma a obter taxa de juros constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que a Companhia obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor.

Valor Recuperável

Para os grupos de Imobilizado e Intangível a Companhia adota o procedimento de revisar os saldos, para verificação de possíveis perdas consideradas permanentes. Sempre que oportuno ou quando eventos de mudanças de circunstâncias indiquem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos possa não ser recuperado com base em fluxo de caixa futuros será constituído provisão para perda. Os grupos do imobilizado e do Intangível, tiveram o seu valor recuperável testado, e não há indicadores de perdas de valor.

Provisões

a) Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

b) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Obrigações com Instituições Financeiras

São registrados pelos valores originais de captação, atualizados monetariamente pelos indexadores registrados a cada contrato, acrescidos de juros apropriados até a data do balanço. A Companhia ajustou a valor presente (AVP) as operações de circulante e não circulante consideradas relevantes, com base na taxa Anbid, a partir da data da operação, ajustando os valores de Ativos e Passivos referentes aos juros a apropriar.

Plano de Participação nos Resultados

A companhia executou programa anual de incentivo para seus colaboradores, denominado PPR – Plano de Participação nos Resultados, cujos pagamentos foram determinados com base em metas financeiras e índices de performance, obtidos e apurados pela Companhia.

Provisão de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro

O Imposto de Renda e Contribuição Social são calculados com base nas alíquotas efetivas do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro real e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social de exercícios anteriores, limitado a 30%.

A Companhia reconheceu os créditos de Imposto de Renda Pessoa Jurídica e de Contribuição Social Sobre o Lucro decorrente de prejuízos fiscais, com base nas alíquotas atualmente vigentes pela legislação tributária, levando em conta as perspectivas de rentabilidade futura de geração de lucro tributável nos próximos exercícios sociais.

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada no resultado está demonstrada abaixo:

	31/12/2010	30/12/2009
Lucro antes dos impostos	7.921	3.593
IR/CS a alíquota de 34%	(2.693)	(1.222)
(Exclusões)/adições		
Diferenças permanentes	(20)	-
Tributos não contabilizados sobre diferenças temporárias de exercícios anteriores	719	(368)
Outros	-	166
Total	(1.994)	(1.056)

10.6. Opinião dos nossos diretores sobre os controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis:

a. grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

Os Diretores da Companhia avaliam-se que os procedimentos internos e sistemas de elaboração de demonstrações financeiras são adequados e eficazes. Visando o crescimento e melhoria de seus controles internos, a Companhia vem investindo em projetos *Lean Manufacturing* e ferramenta de suporte *Qlikview* para controle de custos e geração de informações gerenciais.

A Companhia mantém em sua estrutura organizacional a área de controladoria, subordinada diretamente ao Presidente, o qual tem como principal objetivo assegurar que operacionalmente se mantenha padrões de qualidade e controles que vão contribuir para a melhoria contínua da elaboração das demonstrações financeiras, orçamentária e gerencial.

b. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

No relatório de recomendações da Companhia, emitido pela auditoria independente para as demonstrações financeiras de 31/12/2010, não foram identificadas fraquezas significativas que envolvem a estrutura de controle interno e seu funcionamento, dessa forma, o risco de que erros ou irregularidades em valores que seriam significativos em relação às demonstrações financeiras é reduzido a nível relativamente baixo.

A Companhia implementou controles internos, como procedimento mais rigorosos na revisão do preenchimento de declarações fiscais e implantação de Nota Fiscal Eletrônica, SPED Contábil e SPED Fiscal, para responder às recomendações de melhoria efetuadas pelo auditor independente responsável pelas demonstrações financeiras de 31/12/2009 e 2008.

10.7. Caso a Companhia tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar

Nos últimos 3 exercícios sociais não foram realizadas ofertas públicas de ações,

10.8. Opinião dos Nossos Diretores sobre outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia

Não existem ativos e passivos detidos pela Companhia que não estão evidenciados em suas demonstrações financeiras.

10.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar:

Não aplicável.

10.10. Os nossos diretores devem indicar e comentar os principais elementos do nosso plano de negócios, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos;

Os investimentos realizados em aquisições de equipamentos para expansão de capacidade de produção e os dispêndios em melhorias de produtividade e atualização tecnológica totalizaram R\$ 11,8 milhões no ano, representando 8,0% da Receita Operacional Líquida (ROL).

Diante da recuperação das receitas e apesar dos efeitos pós-crise, mantivemos e priorizamos os investimentos dentro de uma visão estratégica, sem comprometer nossa capacidade de pagamento.

A Companhia deu continuidade aos investimentos voltados ao meio ambiente, com a finalização da instalação do sistema de exaustão de pó de ferro e aquisição de um moderno frezador do tipo “Portal” que amplia a capacidade da companhia no fornecimento de componentes grandes de alto grau de sofisticação, foram os principais investimentos realizados em 2010. Ocorreram ainda outros investimentos de menor vulto, porém não menos importantes, todos direcionados ao melhor atendimento de nossos clientes.

Os investimentos de capital realizados pela Companhia tratam-se, em sua maior parte, de investimentos na manutenção dos maquinários de nossa planta industrial. Em nosso plano diretor a Companhia prevê para os próximos anos a ampliação de seu parque



fabril em uma nova unidade, localizada em ponto estratégico de logística apurada, objetivando o aumento da capacidade de produção para os seguimentos que atendemos peças de grande porte e companhias montadoras, onde será capaz suportar a necessidade da demanda deste mercado.

(ii) fontes de financiamento dos investimentos;

A fonte de financiamento dos investimentos de capital que costumam ser realizados nos nossos complexos industriais tende a ser a própria geração de caixa operacional da Companhia e, quando aplicável e possível, linhas de financiamento.

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos;

Não há perspectiva de quaisquer desinvestimentos de capital ou em andamento nos últimos 3 anos.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente nossa capacidade produtiva

A influência na capacidade produtiva de todas as aquisições realizadas pela Companhia já está refletida na seção de Ativos Relevantes deste Formulário de Referência, especificamente no item 9.1 (a).

c. novos produtos e serviços, indicando:

i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas;

ii) montantes totais gastos em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços;

iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; e

iv) montantes totais gastos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Nossa Companhia tem por atividade, a industrialização de projetos de nossos clientes. Não desenvolvemos com frequência produtos novos para o mercado, muito embora, temos inserido em nossa estratégia a melhoria contínua no desenvolvimento dos processos e adequações de layouts mais ágeis.

10.11. Comentários sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Não existem outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

11. PROJEÇÕES

A Companhia não tem como prática a divulgação de projeções ou estimativas.

12. ASSEMBLÉIA GERAL E ADMINISTRAÇÃO

12.1. Descrição da estrutura administrativa da Companhia, conforme estabelecido em seu estatuto social e regimento interno, identificando:

a. atribuições de cada órgão

Conselho de Administração

Compete ao Conselho de Administração, as atribuições previstas no Estatuto Social da Companhia:

- a) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia, aprovando as diretrizes, política e objetivo básicos, para todas as áreas de atuação da Companhia;
- b) aprovar os planos de trabalho e orçamento anuais, os planos de investimentos e os novos programas de expansão da Companhia;
- c) eleger e destituir os diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições;
- d) fiscalizar a gestão dos diretores, examinar a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e sobre quaisquer outros atos;
- e) atribuir, do montante global da remuneração fixada pela assembléia geral, os honorários mensais a cada um dos membros da administração da Companhia;
- f) escolher e destituir os auditores independentes;
- g) convocar a assembléia geral, quando julgar conveniente, ou por exigência legal ou estatutária;
- h) submeter a deliberação da assembléia geral, proposta de alteração deste estatutária;
- i) autorizar a realização de gastos com serviços assistenciais, desportivos, recreativos e culturais, próprios ou de terceiros, destinados indistintamente a todos os empregados da Companhia ou da comunidade;
- j) autorizar a diretoria a adquirir ações da Companhia, para amortização, resgate, permanência em tesouraria ou posterior alienação;
- k) fixar o preço de emissões de ações oriundas de aumentos de capital, e parte do preço poderá ser destinado a formação de reserva de capital, observadas as prescrições legais;

l) emissões de ações preferenciais de classe existente poderão ser feitas sem guardar proporção com as ações ordinárias desde que o total das ações preferenciais não ultrapasse o limite de 2/3 (dois terços) do total das ações emitidas.

Além das atribuições previstas no Estatuto Social da Companhia, poderá:

- a) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;
- b) aprovar o planejamento anual da Companhia, estabelecendo objetivos, metas e planos de negócio para cada área de atuação da Companhia;
- c) aprovar o Regimento Interno do Conselho de Administração e da Diretoria, o qual deverá dispor sobre a estrutura administrativa e funcional;
- d) manifestar-se previamente sobre o Relatório da Administração, as contas da Diretoria, as demonstrações financeiras do exercício social e examinar os balancetes mensais;
- e) apreciar os resultados trimestrais das operações da Companhia, bem como deliberar sobre a distribuição de dividendos intermediários ou intercalares, na forma prevista neste Estatuto Social e na lei;
- f) sem prejuízo das disposições legais aplicáveis, deliberar sobre a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações e sem garantia real;
- g) definir lista tríplice de empresas especializadas em avaliação econômica de empresas, para a preparação de laudo de avaliação das ações da Companhia em caso de cancelamento de registro de companhia aberta ou saída do Novo Mercado;
- h) exercer outras atribuições previstas na Lei 6.604/76 e disposições da CVM ou que lhe sejam conferidas pela Assembléia Geral, .

Diretoria

Sem prejuízo do disposto na legislação societária vigente, compete à diretoria especialmente:

1- Diretor-Presidente-

- a) Representar a Companhia, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele;
- b) Praticar, investido de plenos poderes que a lei permite, ao atos necessários ao funcionamento regular da Companhia;
- c) Exercer a direção superior da Companhia e estabelecer as diretrizes para as atividades da Companhia em todos os setores;

d) Presidir as assembléias gerais e determinar sobre a composição da mesa que dirigida os seus trabalhos desde que delegado pelo presidente do conselho de administração;

e) Convocar e presidir as reuniões da diretoria;

f) Substituir os outros diretores, na suas ausências ou impedimentos temporários;

2 – Diretores –

a) Administrar todos os setores da Companhia, observando as determinações legais, estatutárias e das assembléias gerais;

b) Fazer cumprir as diretrizes estabelecidas para as atividades da companhia, coordenando as atividades executivas;

c) Substituir o Diretor-Presidente nas suas ausências ou impedimentos temporários.

Conselho Fiscal

Sem prejuízo das competências disciplinadas em lei, compete ao Conselho Fiscal:

a) fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários;

b) opinar sobre o relatório anual da administração, fazendo constar do seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação da assembléia-geral;

c) opinar sobre as propostas dos órgãos da administração, a serem submetidas à assembléia-geral, relativas a modificação do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, planos de investimento ou orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão;

d) denunciar, por qualquer de seus membros, aos órgãos de administração e, se estes não tomarem as providências necessárias para a proteção dos interesses da companhia, à assembléia-geral, os erros, fraudes ou crimes que descobrirem, e sugerir providências úteis à companhia;

e) convocar a assembléia-geral ordinária, se os órgãos da administração retardarem por mais de 1 (um) mês essa convocação, e a extraordinária, sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes, incluindo na agenda das assembléias as matérias que considerarem necessárias;

f) analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela companhia;

g) examinar as demonstrações financeiras do exercício social e sobre elas opinar;

h) exercer essas atribuições, durante a liquidação, tendo em vista as disposições especiais que a regulam.

b. data de instalação do conselho fiscal

O Conselho Fiscal foi instituído via AGO em 30/04/2008, por deliberação do Conselho de Administração da Companhia.

c. mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê

Os mecanismos de avaliação de desempenho dos administradores compreendem o alcance de metas operacionais e financeiras e o desempenho individual, assim como para todos empregados da Companhia.

d. em relação ao membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais

Cacídio Girardi – Diretor Presidente

- a) coordenar as ações dos demais Diretores, traçando as diretrizes empresariais, jurídicas, políticas, corporativas e institucionais no desenvolvimento das atividades da Companhia;
- b) revisar o orçamento, plano de investimentos e plano de negócios da Companhia;
- c) manter os membros do Conselho de Administração informados sobre as atividades da Companhia e o andamento de suas operações;
- d) planejar, executar e administrar as atividades de recursos humanos da Companhia;
- e) coordenar a política de pessoal, organizacional, gerencial, operacional, financeira e de marketing da Companhia; e
- f) exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Conselho de Administração.

Duncan Roderick – Diretor

- a) atribui funções delegadas pelo Diretor Presidente

12.2. Regras, Políticas e Práticas Relativas às Assembléias Gerais

a. prazos de convocação

As convocações são feitas conforme determinado na Lei 6.404/76, mediante publicações no Diário Oficial de Santa Catarina e nos periódicos “Jornal de Santa Catarina” e “Valor Econômico”.

b . competências

A Assembléia Geral Ordinária se realizará anualmente, dentro dos quatro primeiros meses do ano, e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais exigirem o pronunciamento dos acionistas, e a ela competirá os poderes e prerrogativas estabelecidos na Lei 6.404/76.

c. endereços (físico e eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembléia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Os documentos estão disponíveis na sede da Companhia no endereço: Rua Eng.º Paul Werner, nº 925, CEP 89030-900 – Blumenau – SC ou no endereço eletrônico www.cvm.gov.br.

d. identificação e administração de conflitos de interesses

A Companhia não adota um mecanismo específico para identificar conflitos de interesse nas assembléias gerais, aplicando-se à hipótese as regras constantes na legislação brasileira.

e. solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

A Companhia admite a solicitação de procurações pela Administração, desde que o representante esteja validamente constituído e que a procuração contenha o teor do voto a ser proferido.

f. formalidades necessárias para a aceitação de instrumentos de procuração outorgadas por acionistas, indicando se a Companhia admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico

As procurações devem ser enviadas com firma reconhecida e com comprovação de poderes dos signatários, até o nível do acionista. A Companhia não admite procurações outorgadas por meio eletrônico.

g. manutenção de fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembléias

A Companhia não mantém fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das Assembléias .

h. transmissão ao vivo do vídeo e/ou do áudio das assembléias

A Companhia não transmite ao vivo o vídeo e/ou áudio das assembléias.

i. mecanismos destinados a permitir a inclusão, na ordem do dia, de propostas formuladas por acionistas

Não há.

12.3 Datas e Jornais de Publicação

		2010	2009	2008
Aviso aos Acionistas, comunicado a disposição das Demonstrações Financeiras	Os Jornais de Publicação conforme as datas estabelecidas são: - Santa - D. Oficial de Santa Catarina e Valor Econômico	31/03/2011	-	-
Convocação da Assembléia Geral Ordinária que apreciou as Demonstrações Financeiras	Os Jornais de Publicação conforme as datas estabelecidas são: - Santa - D. Oficial de Santa Catarina e Valor Econômico	11/04/2011	29/03/2010	08/04/2009
Ata da Assembléia Geral Ordinária que apreciou as Demonstrações Financeiras	Os Jornais de Publicação conforme as datas estabelecidas são: - Santa - D. Oficial de Santa Catarina e Valor Econômico	(*)	28/06/2010	04/06/2009
Demonstrações Financeiras	Os Jornais de Publicação conforme as datas estabelecidas são: - Santa - D. Oficial de Santa Catarina e Valor Econômico	11/04/2011	29/03/2010	28/03/2009

(*) A ata da AGO que aconteceu no dia 29 de Abril de 2011, esta na Junta Comercial para ser autenticada, por este motivo não temos a data no respectivo quadro acima da publicação nos jornais.

12.4. Regras, Políticas e Práticas Relativas ao Conselho de Administração

Nosso Estatuto Social prevê que nosso Conselho de Administração será composto de, no mínimo, três e, no máximo, cinco membros, sendo um Conselheiro Presidente. São eleitos ou reeleitos em assembléia geral, com mandato de três anos. Em caso de vaga ou impedimento definitivo de um dos membros do conselho, os remanescentes elegerão o substituto, que exercera o seu cargo pelo tempo que falta ao mandato do substituído.

a. frequência das reuniões

O Conselho de Administração se reunirá, ordinariamente, dentro dos quatro primeiros meses após o termino do exercício social, e, extraordinariamente, sempre que os interesses sócias exigirem o pronunciamento do acionistas., através de convocações por anuncio pela imprensa, como manda a Lei, devendo contar com a ordem do dia, hora e local da reunião .

b . se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

Não há disposições tal acordo

c. regras de identificação e administração de conflito de interesses

Em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, qualquer membro do Conselho de Administração da Companhia está proibido de votar em qualquer assembléia ou reunião do Conselho, ou de atuar em qualquer operação ou negócios nos quais tenha interesses conflitantes com os da Companhia.

12.5. Descrição de cláusula compromissória inserida no estatuto social da Companhia para resolução de conflitos entre acionistas e entre estes e a Companhia por meio de arbitragem

Nosso Estatuto Social não contempla tal cláusula

12.6. Informações sobre os Administradores e Membros do Conselho Fiscal

Conselho de Administração

Nome	Idade	Profissão	CPF	Cargo	Outro Cargo na Companhia	Eleição	Posse	Mandato	Eleito por
Carmen Vetter Werner	66	Advogada	068.791.799-91	Presidente do Conselho de Administração	-	30/04/11	30/04/11	AGO – 2014	Controlador
Valmir Osni de Espindola	60	Administ.	047.343.009-68	Conselheiro	-	30/04/11	30/04/11	AGO – 2014	Controlador
Eunildo Lazaro Rebelo	79	Advogado	003.738.699-91	Conselheiro	Advogado	30/04/11	30/04/11	AGO – 2014	Controlador
Marco A. Werner	35	Administ.	901.878.819-87	Conselheiro		30/04/11	30/04/11	AGO – 2014	Controlador
Marco A.S.Cauduro	35	Administ.	272.647.628-74	Conselheiro		30/04/11	30/04/11	AGO – 2014	Controlador

Diretoria

Cacídio Girardi	59	Químico	181.736.679-34	Presidente	-	30/04/11	30/04/11	AGO – 2014	Controlador
Duncan Roderick Mc Kay	63	Eng.º de Materiais	216.246.909-04	Diretor	-	30/04/11	30/04/11	AGO – 2014	Controlador

Conselho Fiscal

Cidney Cesar de Campos	43	Advogado	665.082.669-34	Conselheiro	-	30/04/11	30/04/11	AGO – 2014	Controlador
Luiz Mario Guedes Villar	62	Administ.	739.403.568-91	Conselheiro	-	30/04/11	30/04/11	AGO – 2014	Controlador
João Verner Juenemann	72	Administ.	000.952.490-87	Conselheiro	-	30/04/11	30/04/11	AGO – 2014	Minoritário

Suplentes

Conselho**Fiscal**

Flavio Jose

Rissato

Adorno	32	Administ.	289.835.428-70	Conselheiro	-	30/04/11	30/04/11	2014	AGO –	Minoritário
Luiz Micheluzzi	50	Administ.	381.915.049-87	Conselheiro	-	30/04/11	30/04/11	2014	AGO –	Controlador
Karin Frantz	28	Advogada	038.817.529-00	Conselheiro	-	30/04/11	30/04/11	2014	AGO –	Controlador

12.7. Informações sobre os Comitês da Companhia

A Companhia adota governança corporativa, no entanto para este formulário de referência não há comitês instituídos pelo conselho de Administração.

12.8. Membros do Conselho de Administração, Diretoria e Conselho Fiscal**a. currículos****CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO****Carmem Vetter Werner.**

CPF: N.º 068.791.799-91.

RG: 1/R 106.247 (SSI-SC).

Sexo: feminino.

Endereço: Rua Engenheiro Paul Werner, 833, Bairro Itoupava Seca, Blumenau/SC.

Endereço profissional: Rua Engenheiro Paul Werner, 925, Bairro Itoupava Seca, Blumenau/SC.

Data de nascimento: 25 de dezembro de 1944.

Nacionalidade: brasileira.

Estado civil: viúva.

Filiação: Franz Xavier Vetter (pai).

Érica Vetter (mãe).

E-mail: conselho@altona.com.br.

FORMAÇÃO ACADÊMICA / TITULAÇÃO

Curso: Curso de Ciências Jurídicas.

Instituição: FURB – Fundação Universitária de Blumenau.

Ano de conclusão: 1972.

IDIOMAS

Alemão fluente.

QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Advogada inscrita na OAB/SC sob o n.º 1450.

ATUAÇÃO PROFISSIONAL

* Banco do Comércio e Indústria de São Paulo, Bancária, admissão em 01 de junho de 1963, rescisão em 06 de março de 1964.

* Prefeitura Municipal de Blumenau, Professora, admissão em 06 de março de 1964, rescisão em 01 de março de 1974.

* Instituto Euvaldo Lodi – Núcleo Regional de Santa Catarina, Coordenadora de Estágios, admissão em 01 de fevereiro de 1974 rescisão em 11 de março de 1976.

* Representações Altona Ltda., Representante Comercial, admissão 01 de agosto de 1977, rescisão em 03 de outubro de 1985.

* Concomitantemente as atividades acima citadas, exerceu a advocacia consultiva desde a sua formatura.

ÁREAS DE ATUAÇÃO

* Sócia gerente da empresa: REPRESENTAÇÕES ALTONA LTDA.

* Diretora da empresa: WERNER S/A AGRICULTURA INDÚSTRIA E COMÉRCIO;

* Sócia e diretora da empresa: BELLEVUE – PRODUTOS EM PVC LTDA.

* Membro do Conselho de Administração da empresa: ELECTRO AÇO ALTONA S/A.

Eunildo Lázaro Rebelo

Filiação : João Alfredo Rebelo e Virgínia Rebelo

Nascimento : 06/12/1931

Naturalidade : Itajaí (SC)

Estado Civil : Casado

Residência : Rua Dr. Blumenau, nº 6987, Encano, Indaial (SC) CEP 89010-140

Escritório : Rua Presidente Getúlio Vargas, 232, Conj. 23, Edf. Flórida, Blumenau(SC).

Identidade : SSP/SC, 111.905-2 - OAB/SC 0339 CPF : 003.738.699-91

Telefone : 47-3037-6557 – 3322-6863

E-Mail : eunildol@rebelo.adv.com.br

ESCOLARIDADE:

- Curso Primário: - Grupo Escolar Honório Miranda, na cidade de Gaspar (SC), em 1937;
- Grupo Escolar Feliciano Pires, na cidade de Brusque (SC), de 1938 à 1942.
- Curso Secundário: - 1º Ciclo. Colégio Santo Antônio, na cidade de Blumenau (SC), de 1943 à 1948;
- 2º Ciclo. Colégio Santo Antônio, na cidade de Blumenau (SC), de 1948 à 1951.
- Curso Superior: Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de Santa Catarina 06/12/1956. Solicitador inscrito na OAB/SC n.º 748/1955.

CURSOS COMPLEMENTARES:

- Inglês. Centro Cultural Brasil – Estados Unidos, em 1964;
- Liderança de Conferência da Esso Brasileira de Petróleo S.A., em 20/11/1964;
- Ciclo de Estudos das Bases para o Estabelecimento de uma Doutrina de Segurança Nacional, administrado de 06 a 28/08/1965 pela ADESG.

- Curso de Administração Municipal promovido pela SENAM (Serviço Nacional dos Municípios), no Rio de Janeiro, em 28/09/1967;
- Seminário Inter-Cultural na Universidade de Pittsburg, no Estado da Pensilvânia, USA, em 1968;
- Curso de Administração Pública, ministrado de 21/05 a 20/08/1968 – USA-AID-USAID, envolvendo também estágio na Prefeitura Municipal de Phoenix, Arizona, USA;
- Ciclo de Conferências sobre Direito do Trabalho, promovido pelo Instituto Latino Americano, em 1973;
- Seminário “A Empresa Familiar”, promovido pela Abril-Tec Editora Ltda, em 1976;
- Encontro Nacional de Procuradores Judiciais, promovido pela Prefeitura Municipal de Blumenau(SC), em 1976;
- Seminário de Políticas e Técnicas de Exportação, promovido pela Fundação Catarinense do Trabalho – FUCAT, em 1976;
- Projeto de Desenvolvimento de Executivos da Industria. Fundação Catarinense do Trabalho – FUCAT, em 1979;
- Curso de Direito Tributário, promovido pela Associação Brasileira de Direito Financeiro, em 1983;
- Seminário “Planejamento Fiscal Tributário”, promovido pela Case Consultores, em 1985;
- Seminário Correção Monetária Integral, promovido pela ABRASCA, em 1987.
- Congresso de Direito Tributário Internacional realizado pela Associação Brasileira de Direito Tributário, Presidente de Mesa sobre o tema IPI, no Rio de Janeiro.
- Curso de Didática Superior na FURB.

CARGOS:

- Funcionário Autárquico do Departamento Nacional de Estradas de Ferro de 01/01/1949 à 21/12/1956. Solicitador OAB/SC n.º 748.
- Advogado desde 1957, OAB/SC n.º 00339
- Advogado da Artex S.A., de fevereiro de 1958 à julho de 1974;
- Advogado contratado pela Prefeitura Municipal de Blumenau de 01/04/1959 à 01/05/1962.

- Procurador Geral do Município de Blumenau, 02/05/1962 à 21/05/1981.
- Advogado do Banco Sul do Brasil de 01/06/1963 à 12/06/1970;
- Assistente jurídico, depois consultor jurídico, da Comissão Municipal de Esportes, de 11/03/1963 à 12/03/1965 e 06/05/1968 à 06/05/1970;
- Membro da Comissão para estudo e elaboração do Ante Projeto do novo Código de Posturas do Município de Blumenau em 30/05/1964.
- Vice Presidente da CME de 26/03/1965 à 26/03/1967.

Nesta condição assumi a presidência da CME até o fim do mandato.

- Membro do Conselho Diretor da Artex S.A. Fáb. Art. Têxteis, de 1966 à 1974;
- Chefe de Gabinete da prefeitura Municipal de Blumenau (SC), de 1966 à 1969;
- Representante do Município no Conselho Curador da FURB de 20/12/1967 à 29/01/1970.
- Professor de Direito Constitucional e Direito Administrativo de 01/03/1968 à 1974;
- Membro do Conselho Universitário da FURB de 27/01/1970 à 13/04/1970.
- Membro da “Board of Director” da Brastex Corporation-New York, de 1970 à 1986;
- Sócio Gerente da Indiana Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, em 1971;
- Membro do Conselho Consultivo da Empresa Ind. Garcia, de 1973 à 1974;
- Membro do Conselho Curador da Fundação Teófilo B. Zadrozny;
- Diretor da Artex S.A., de 01/07/1974 à 18/12/1990;
- Diretor Conselheiro da Artex S.A. Fábrica de Art. Têxteis, de 1974 à 1978;
- Membro do Conselho de Administração da Brastex Com. Exterior Ltda., de 1975 à 1978;
- Advogado da Brastex Comércio Exterior Ltda, de 01/07/1976 à 31/05/1983.
- Presidente do Conselho Diretor da Fundação Teófilo B. Zadrozny, de 1977 à 1987;
- Advogado da Irensa – Agricultura Industrial e Comércio Ltda., de 02/02/1987 à 01/03/1988;
- Diretor Presidente da Cristais Hering S.A., em 1988;
- Diretor da Artex S.A Investimentos, de 1989 à 1990;
- Diretor Presidente da Algodonera Brastex S.R.L., em Asuncion, no Paraguai, de 1978 a 1984;
- Assessor jurídico da Artex S.A., de 01/01/1991 à 01/01/1992.

- Advogado da Lince Participações e Empreendimentos Ltda, 01/09/1994 à 20/05/1999.
- Advogado da Círculo S.A., desde 25/05/1999;
- Advogado da Plasvale Indústria de Plásticos do Vale Ltda, desde 02/05/1999;
- Tigre S.A. – Tubos e Conexões, membro do Conselho de Administração desde 14/03/1994;
- WEG, membro do Conselho Fiscal, desde abril de 2000;
- JHJ Empreendimentos e Participações S.A. – Diretor – desde 2001;
- TIGRE CHILE S/A, no Chile, membro do Conselho de Administração desde 03/09/1997;
- TUBOPAR S/A, no Paraguai, membro do Conselho de Administração, desde 26/03/1998;
- Advogado da Lince Participações e Empreendimentos Ltda, desde maio de 2004;
- Membro do Conselho de Administração Mueller Eletrodomésticos S/A desde 18/12/2003;
- Membro do Conselho de Administração Electro Aço Altona S/A desde 28/04/2005.

Valmir Osni de Espíndola

Dados Pessoais

Filiação: Osni Justino de Espíndola e Geraci Martins Espíndola

Carteira de Identidade: 140.016-9 SSP/SC -- CPF: 047.343.009-68

Endereço: Rua Alan Kardec, nº 20, Apto 802 B, Centro, Florianópolis, SC - CEP:
88.025-100

Telefones: (48) 3228-4054 / (48) 3225-1755 / (48) 9960-7735

Email: postorita@hotmail.com

Experiência profissional

1967–1999 Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina -

FIESC

- Auxiliar da Divisão de Seguros
- Chefe da Seção de Seguros
- Auxiliar Administrativo do Núcleo Regional do Instituto Euvaldo Lodi
- Chefe de Seção de Pessoal
- Secretário Executivo do CIESC
- Diretor da Divisão Administrativa da FIESC
- Assessor da Direção Regional do SESI
- Vice-Presidente da Diretoria Executiva da ASFISI
- Presidente do Conselho Deliberativo da ASFISI
- Conselheiro da PREVISC
- Conselheiro Fiscal do SENALBA
- Vice-Presidente da ACATS
- Superintendente do SESI

1976–1990 Conselho Estadual de Contribuintes

- Conselheiro

1991–1994 Sindicato dos Contabilistas da Grande Florianópolis

- Conselheiro Fiscal

1993–1994 Confederação Nacional das Indústrias – CNI

- Diretor Técnico do Departamento Nacional do SESI/DF

1995–1999 Secretaria de Serviços Públicos do Estado de Sergipe

- Secretário de Estado

2008–2011 Electro Aço Altona S.A

- Conselheiro

2000 até os dias atuais

- Empresário

Formação acadêmica

- Técnico em Contabilidade – Escola Técnica de Comércio São Marcos, conclusão em 1972.
- Bacharel em Ciências Contábeis – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, conclusão em 1977.

cursos e congressos

- * 2º Congresso Nacional de Administração do ICM (1976)
- * 3º Congresso Nacional de Administração do ICM (1977)
- * Seminário de Incentivos Fiscais à Alimentação do Trabalhador – FIESC (1977)
- * 4º Congresso Nacional de Administração do ICM (1978)
- * Curso de Gerência por Objetivos – FIESC (1978)
- * Management Center do Brasil (1979)
- * 5º Congresso Nacional de Administração Fazendária (1980)
- * Séminaire de Gestion Générale pour Dirigeants Brésiliens – INSEAD (1985)
- * Curso Gerente Eficaz – Serviço Social da Indústria – SESI (1986)
- * 2º Encontro Nacional dos SENALBAS – SENALBA SC (1989)

CONSELHO FISCAL

Luiz Mario Guedes Villar

Data de Nascimento: 09.10.48

Estado Civil: Casado

Carteira Profissional Nº 62453 e Série 0015SC

Carteira de Identidade: 5.440.123-2 SSP/SC

CPF: 739.403.568-91

Endereço: Rua Presidente de Moraes, 378 Apto 402

Telefones: Res.: 9119-7093 Com.: 3338-2664 Cel.: 9191-1606

End. Eletrônico litografia@terra.com.br

2. FORMAÇÃO ACADEMICA

Formado em Engenharia Mecânica Têxtil na Faculdade de Engenharia Industrial (FEI) em 1973.

Registro no CREA – 6º Região – NR 47.394-D

3. EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

Sócio da Litografia Continental Ltda.

Cargo: Gerente

Período: 1978 – Atual

4. INDICAÇÃO DE TODOS OS CARGOS DE ADMINISTRAÇÃO QUE OCUPE OU TENHA OCUPADO EM COMPANHIAS ABERTAS

CELESC – Centrais Elétricas de Santa Catarina

Cargo: Conselheiro Fiscal

Atividade principal da Companhia – Produção e Distribuição de Energia Elétrica.

Período 1993 – 1994

Electro Aço Altona S.A.

Cargo: Conselheiro Fiscal

Atividade principal da Companhia – Fundição e Usinagem

Período: Atual

Karin Frantz

Data de Nascimento: 30/11/1982

Estado Civil: Solteira

OAB/SC 22.701

Carteira Profissional Nº 24932 e SÉRIE 00026-SC

Carteira De Identidade: 3.719.589-1 SSP/SC

CPF: 038.817.529-00

Endereço: Rua Gov. Jorge Lacerda, 3166, bl. 08, apto. 203, Velha, CEP 89045-001, Blumenau (SC).

1. FORMAÇÃO ACADEMICA

- * MBA em Direito Civil e Direito Processual Civil, pela Fundação Getúlio Vargas.
- * Especialização em Função Social e Prática do Direito: Área de Concentração em Direito Público, pela UNISUL/LFG.
- * Aprovada no Exame de Ordem OAB 2006.1 de Santa Catarina.
- * Bacharel em Direito pela Universidade Regional de Blumenau – FURB (janeiro de 2006).

2. CURSOS EXTRA CURRICULARES

Curso: Direito do Trabalho e Previdenciário

Orgão Ministrante: DIEX

Local: Blumenau (SC)

Duração: 260 horas

3. EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

* Empregador: Escritório Contábil e Despachante de Roberto Berwanger

Cargo: Auxiliar de Escritório

Período: 1º de agosto de 1998 a 30 de junho de 2000.

* Empregador: Carvalho Assessoria Contabil Ltda

Cargo: Auxiliar de Escrita Fiscal

Período: 1º de fevereiro de 2001 a 19 de dezembro de 2001.

* Empregador: Advocacia Eunildo Lázaro Rebelo S/C

Cargo: Advogada (desde setembro de 2006)

Período: 1º de dezembro de 2001 a

DIRETORES

CACÍDIO GIRARDI

Endereço: Rua Theodoro Holtrup, 596 / 702

Bairro: Vila Nova

CEP 89035-300 – Blumenau – SC

Nascimento: 30 de maio de 1952. Naturalidade: Rodeio – SC

Estado civil: Casado Nacionalidade: Brasileiro

Formação:

- Licenciatura em Química – FURB – Blumenau/SC – 1976;
- Bacharel em Química – FURB – Blumenau/SC – 1976;
- Pós Graduado em Administração de Empresas para executivos pelo INPG – Blumenau/SC;
- Diplomado em Produtividade para a competitividade – SIDA – Suécia.

Experiência profissional:

- Professor de Ciências nas escolas da Prefeitura de Blumenau – 1969/1976;
- Professor universitário na FURB, de Introdução aos processos de Engenharia Química desde 1981;
- Funcionário da Electro Aço Altona S.A. – Blumenau/SC, desde 1976, exercendo funções como, Encarregado do Laboratório Químico e galgando várias posições como supervisor de Controle de Processos, Gerente de Fundação, Gerente de Pesquisa e Desenvolvimento, Gerente de Produção, Diretor de Produção, Diretor Industrial e atualmente Diretor-Presidente.

DUNCAN R. MCKAY

Endereço: Rua Francisco da Cunha Silveira, 209

Bairro: Asilo

CEP 89037-695 – Blumenau – SC

Nascimento: 04 de abril de 1948

Naturalidade: Miles City, Montana – USA

Estado civil: Casado

Nacionalidade: Estadinudense – Norte Americana

Formação:

- Associate of Arts – Shasta College – Redding, California, USA 1968;
- Bacharel of Science – College of Engineering – University of California at Davis California USA – 1970;
- Master of Science – College of Engineering – University of California at Davis California USA – 1972;
- Curso Intensivo de MBA pela FGV/Caterpillar
- Curso de Globalização de Indústrias Brasileiras pela IMD Suíça.

Experiência profissional:

- Técnico de Solos – Califórnia Department of Highways – 1967/1969;
- Técnico de Materiais – Placer County Public Works – 1969/1972
- Engenheiro conveniado junto a SENAI de SC 1972/1973;
- Funcionário da Electro Aço Altona S.A. – Blumenau/SC, desde 1974, exercendo funções como, Encarregado do Laboratório Metalúrgico e galgando várias posições como supervisor de Projeto de Fundição, Gerente Técnico, Diretor Técnico, Diretor Industrial, Diretor Comercial e atualmente Diretor com responsabilidades Administrativo-Financeiro.

b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; e (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Nos últimos cinco anos, não houve qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial de quaisquer dos membros de nossa Administração.

12.9. Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco

a. Administradores da Companhia

Não há.

b. (i) administradores da Companhia e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, da Companhia

Não há.

c. (i) administradores da Companhia ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos da Companhia

Não há.

d. (i) administradores da Companhia e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia

A Sra. Carmem Vetter Werner, presidente do nosso Conselho de Administração, não possui vínculo familiar com demais acionistas controladores.

12.10. Relações de Subordinação, Prestação de Serviços ou Controle Mantidas nos Últimos 3 Exercícios Sociais entre os Administradores da Companhia e:

a. sociedade controlada, direta e indiretamente, pela Companhia

Não há.

b. controlador direto ou indireto da Companhia

Conforme descrito no item 10.f acima, a Companhia celebrou com a empresa Werner S.A. Agricultura, Indústria e Comércio, sua controladora direta, a prestação remunerada de fiança, aval e outras avenças, até o limite de R\$ 80.000.

c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, de sua controlada ou controladores ou controladas de algumas dessas pessoas

Não há.

12.11. Descrição das disposições de quaisquer acordos, inclusive apólices de seguro, que prevejam o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou à Companhia, de penalidades impostas por agentes estatais, ou de acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções

A Companhia firmou junto á seguradora ACE sob o numero de apólice 23.10.0002269.12 um seguro de responsabilidade civil, diretores e/ou administradores, com vigência até 16/03/2012, a importância assegurada é de R\$ 5 milhões.

12.12. Outras Informações Relevantes

Não existem outras informações relevantes sobre este item “12”.

13. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

13.1. Descrição da política ou prática de remuneração do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e não Estatutária, Conselho Fiscal e Comitês, abordando os seguintes aspectos.

a. objetivos da política ou prática de remuneração

Buscamos compensar adequadamente a competência e a responsabilidade de nossos profissionais, por meio da adoção de uma política de encargos e salários voltada ao crescimento dos valores individuais e coletivos. O salário de nossos empregados é calculado na forma da lei e sua remuneração é composta por salário base atrelado de encargos, bem como PPR- Plano de Participação Resultados.

A Administração da Companhia recebe apenas uma remuneração fixa, seja no Conselho de Administração, Diretoria e Conselho Fiscal. Havendo distribuição de lucros, deve ser paga uma participação de 10% aos administradores, calculada na forma prevista pela Lei 6.404/76.

A Companhia patrocina plano pós-emprego do tipo benefício assistência médica a funcionários em nível executivo. Esses benefícios são financiados em regime de caixa. O custeio dos benefícios concedidos pelo plano de benefício definido é estabelecido utilizando o método previsto na Deliberação CVM 600 de 2009, conforme item 10.h acima.

b. composição da remuneração, indicando:

(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Salário e pró-labore.

A remuneração mensal tem por objetivo melhorar o desempenho das equipes, garantindo comprometimento e a satisfação com a remuneração e a possibilidade de ascensão interna.

(ii) qual a proporção de cada elemento na remuneração total

Não há além da remuneração fixa, outro elemento remuneratório que represente para fins de proporção total.

(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Os valores de remuneração pagos pela Companhia aos seus administradores levam em consideração fatores que são argumentados, avaliados e aprovados em Ata na Assembléia Geral Ordinária.

(iv) razões que justificam a composição da remuneração

As razões para composição da remuneração são o incentivo na melhoria da nossa gestão e a permanência dos nossos executivos, visando o comprometimento, objetivando o máximo de desempenho no alcance dos resultados positivos de médio e curto prazo.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Como é de política da Companhia para todos empregados, os indicadores de desempenho compreendem o alcance de metas operacionais, produtividades e rentabilidade. Bem como a remuneração dos administradores também é baseada na avaliação, que leva em conta iniciativa, pró-atividade, tomada de decisões, relacionamento profissional, sempre focado no planejamento estratégico da Companhia.

Os indicadores de desempenho operacional e de rentabilidade são definidos pelo Conselho de Administração como metas desafiadoras aos executivos, tendo em vista os projetos de investimento, o ambiente competitivo e as oportunidades de negócio que se apresentam perante a Companhia, bem como os parâmetros de desempenho econômico-financeiros que vigoram no mercado.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Como mencionado acima, a remuneração é fixa, não sendo submetida a elementos variáveis vinculadas ao desempenho da Companhia para o período deste formulário de referência.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos nossos interesses de curto, médio e longo prazo

O formato da remuneração acima descrito atende as expectativas de nossos administradores na busca de melhor rentabilidade dos investimentos e projetos desenvolvidos pela Companhia, de tal maneira que alinha aos interesses da Companhia.

Para um prazo curto, a Companhia busca obter tal alinhamento por meio de salários e compatíveis com o mercado. Em médio prazo, visamos obter tal alinhamento por meio do pagamento de bônus e participação nos resultados da Companhia a determinados colaboradores. Em longo prazo, buscamos reter profissionais qualificados acumulando conhecimento e comprometimentos.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não há remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos da Companhia.

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do nosso controle societário

Não há remuneração com benefícios vinculados a ocorrência de eventos societários.

13.2. Remuneração nos últimos três exercícios do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria

Remuneração Fixa	Exercício encerrados em 31 de Dezembro de			Total
	2010	2009	2008	
Conselho de Administração - 3 membros	1,9	1,9	1,8	5,6
Diretoria - 2 membros	1,5	1,5	1,7	4,7
Conselho Fiscal - 3 membros	0,2	0,2	0,1	0,5
Total	3,6	3,6	3,6	10,8

Valores na tabela acima em milhões de reais

Em 2011, a remuneração global foi aprovada em Assembléia Geral Ordinária no montante de R\$ 4 milhões.

Não há além da remuneração fixa, outro elemento remuneratório que represente para fins de proporção total.

13.3. Remuneração Variável dos 3 últimos exercícios sociais e remuneração prevista para o exercício corrente do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal.

Não há remuneração variável para o Conselho de Administração, Diretoria e Conselho Fiscal.

13.4. Plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente.

A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

13.5. Quantidade de Ações ou cotas detidas, direta ou indiretamente, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos e indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social

No Conselho de Administração, a conselheira Carmem Vetter Werner possui participação acionária na Companhia e nas controladoras desta, conforme quesito 8.1, já o membro do conselho de administração Marco Cauduro, representando o investidor Arbela Fundo de Investimentos, detém ações preferências que do total participam em 6,97% . Na diretoria, Cacídio Girardi e Duncan R. Mc Kay possui participação que somados totalizam 0,15% em relação ao total de ações da Companhia, não possuindo participação nas controladoras. No Conselho fiscal, não existem detentores de participação acionária.

13.6. Remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos três últimos exercícios sociais e a prevista para o exercício social corrente, do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária

A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

13.7. Opções em aberto do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária ao final do último exercício social.

A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

13.8. Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos últimos 3 exercícios sociais.

A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

13.9. Descrição sumária das informações relevantes para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções.

A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

13.10. Planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários.

Não há planos de previdência em vigor conferidos aos membros do Conselho de Administração e aos Diretores.

13.11. Remuneração média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal relativa aos últimos três exercícios sociais.

	Exercício encerrados em 31 de Dezembro de 2010		
	Valor da Maior Remuneração Individual	Valor da Menor Remuneração Individual	Valor Médio Remuneração Individual
Conselho de Administração – 3 membros	110,0	15,0	46,6
Diretoria – 2 membros	55,0	52,0	50,0
Conselho Fiscal – 3 membros	5,5	5,5	5,5
Total	170,5	72,5	102,1

Valores acima da Tabela representam o custo total em milhares de reais

13.12. Descrição dos arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as conseqüências financeiras para a Companhia.

A Companhia não tem outra forma de remuneração ao Conselho de Administração, Diretores e Conselho Fiscal, além do que foi mencionado no quesito 13.1 a.

13.13. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

A Presidente do Conselho de Administração é o único membro da Administração que é parte relacionada aos controladores, tendo recebido remuneração, conforme tabela abaixo:

Órgão	Exercício encerrados em 31 de Dezembro de		
	2010	2009	2008
Conselho de Administração	69%	69%	73%

Valores acima da Tabela representam o custo total em milhares de reais

13.14. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado da Companhia como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.

A Companhia não tem outra forma de remuneração ao Conselho de Administração, Diretores e Conselho Fiscal, além do que foi mencionado no quesito 13.1 a

13.15. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal da Companhia, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos.

Não houve pagamento de remuneração para membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia.

13.16 Outras Informações Relevantes

Não existem outras informações relevantes sobre este item “13”.

14. RECURSOS HUMANOS

14.1. Recursos Humanos

a. número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

Em 31 de Dezembro de 2008, o número de funcionário era de 1.103, para o exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2009 era 719 e para 31 de Dezembro de 2010 era de 982, sendo que 91,5% do número de colaboradores são da área operacional e 8,5% área administrativa, todos na região de Blumenau S/C.

b. número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

Para esses últimos três anos a Companhia não teve em seu quadro de colaboradores contratações através de terceiros.

c. índice de rotatividade

Temos dentro da política estratégica da Companhia, que não podemos ter o índice de rotatividade superior a 2% tendo como base as admissões e demissões, para os colaboradores. Para o exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2008 este índice era de

1,37%, para o exercício em 31 de Dezembro de 2009 era de 3,69% e 31 de Dezembro de 2010 era de 1,45%. Vide item 14.2 para maiores informações sobre alterações no quadro de colaboradores.

d. exposição da Companhia a passivos e contingências trabalhistas

A Companhia busca a estrita aplicação das normas trabalhistas em vigor, possuindo, inclusive, a certificação SA 8000, comprovando a ausência de exposição a riscos de contingências trabalhistas. No entanto, a Companhia possui contra si processos trabalhistas. Maiores informações foram prestadas sobre o assunto nos itens 4.3 a 4.7 deste formulário.

14.2. Alterações Relevantes no Quadro de Colaboradores

Vínhamos apresentando nível de atividade crescente, até que no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009 houve adequação em nossa estrutura ocupacional em virtude da crise financeira mundial (fato que aumentou o índice de rotatividade anteriormente apresentado), reduzindo em mais de 45% nossa produção.

Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, os negócios voltaram a aquecer o mercado que atuamos e nosso índice de contratação superou os 35% de aumento.

14.3. Políticas de Remuneração dos Colaboradores.

a. política de salários e remuneração variável

Buscamos compensar adequadamente a competência e a responsabilidade de nossos profissionais, por meio da adoção de uma política de salários e encargos. A companhia, há mais de 9 anos, tem instalado dentro de sua estratégia, o programa de gestão por habilidades, competências e conhecimentos, voltada ao crescimento dos valores individuais e coletivos, estas passam por revisões periódicas dentro da gestão de cada setor da Companhia.

Tem por objetivo estabelecer metodologia para definição de carreiras, requisitos para crescimento profissional, identificação do nível, busca e reconhecimento pelo desenvolvimento dos colaboradores propiciando à empresa, condições para atração e retenção de profissionais qualificados que atendam as suas necessidades.

Sua aplicação é a todos os colaboradores da Companhia, o programa na sua íntegra está arquivado no setor de qualidade da Companhia, PGQ 44, e é de inteiro acesso aos funcionários para estar tendo conhecimento.

Implementamos em Maio de 1996 o programa de participação dos funcionários nos resultados da empresa - PPR é regido pela Lei 10.101 de 19.12.2000. O objetivo é recompensar a todos os funcionários da Companhia de forma linear pelos resultados alcançados, seguindo os princípios do acordo estabelecido entre as partes.

b. política de benefícios

Nosso colaboradores no momento da sua admissão fazem jus a benefícios de acordo com convenção coletiva ou por deliberação da Companhia. Alguns dos benefícios são: Assistência médica e odontológica; Alimentação ao trabalhador; Vale transporte; Plano de saúde; Auxílio educação e; Seguro de vida em grupo.

c. características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não administradores, identificando: (i) grupos de beneficiários; (ii) condições para exercício; (iii) preços de exercício; (iv) prazos de exercício; e (v) quantidade de ações comprometidas pelo plano

Para este formulário de referencia não há plano de remuneração convertida em ações preferências e ou ordinárias, estipulada em nosso estatuto social.

14.4. Sindicatos

Nossa atividade esta regida pelo sindicato dos trabalhadores metalúrgicos, mecânicos e do material elétrico Blumenau, Santa Catarina – SIMETAL. Mantemos um relacionamento bom com Sindicato que representa a classe de nossos colaboradores.

A norma coletiva de trabalho, rege os acordos e convenções de trabalho aplicável aos nossos colaboradores, onde que geralmente abordam assuntos como reajuste de salário, jornada de trabalho, pausa para refeição e descanso. Não houve qualquer tipo de paralisação ou prejuízo às nossas atividades em razão de greves.

Nosso Acordo coletivo se da sempre em Maio de cada ano letivo, onde as principais reivindicações reajuste salário e aumento do piso da categoria.

15. CONTROLE

15.1 Identificação do acionista ou grupo de acionistas controladores

Composição Acionária da Companhia em 17 de Outubro de 2011.

	Nacional do	CPF/CNPJ	Ações Preferenciais e Ordinárias		Acordo entre Acionistas	Data da ultima Alteração
			Quantidade	Percentual		
WERNER SA IND. E COM	Brasil	82.645.722/0001-68	831.141	36,94%	Não	-
BERNARDO H.W. WERNER	Brasil	005.356.569-04	529.971	23,55%	Não	-
ARBELA FUNDO DE INV.	Brasil	10.464.262/0001-60	170.500	7,58%	Não	-

FUNDO DE INV. VITORIA	Brasil	12.590.494/0001-90	153.100	6,80%	Não	-
ALCANTARO CORREA	Brasil	003.791.239-91	131.645	5,85%	Não	-
INFINITY SELECTION FIA	Brasil	92.825.400/0001-80	60.600	2,69%	Não	-
ORBE VALUE MASTER FIA	Brasil	10.619.836/0001-22	49.300	2,19%	Não	-
CARMEN V. WERNER	Brasil	068.791.799-91	23.493	1,04%	Não	-

Composição Acionária da Werner S/A

Ações Ordinárias

	Nacional do	CPF/CNPJ	Quantidade	Percentual
BELLEVUE PROD. PVC	Brasil	00.572.416/0001-84	183.500	59,96%
BERNARDO H.W. WERNER	Brasil	005.356.569-04	32.643	10,67%
VALMIR OSNI ESPINDOLA	Brasil	003.791.239-91	10.000	3,27%
CARMEN V WERNER	Brasil	068.791.799-91	1.551	0,51%
URSOLA WERNER	Brasil	057.953.709-91	77.553	25,34%
MURILO OLINGER	Brasil	146.601.569-15	30	0,01%
BEATRIZ E. WERNER OLINGER	Brasil	579.977.569-49	776	0,25%

Composição de Quotas da Bellevue Produtos em Pvc Ltda.

Quotas

	Nacional do	CPF	Quantidade	Percentual
BERNARDO H.W. WERNER	Brasil	005.356.569-04	10.000	1,85%
VALMIR OSNI ESPINDOLA	Brasil	003.791.239-91	1.000	0,19%
CARMEN V WERNER	Brasil	068.791.799-91	529.000	97,96%

15.2. Lista contendo as informações abaixo sobre os acionistas, ou grupos de acionistas que agem em conjunto ou que representam o mesmo interesse, com participação igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de ações e que não estejam listados no item 15.1

A composição acionária com participação igual ou superior a 5% estão relacionados no quesito acima

15.3. Descrição do Capital Social Apurado na Última Assembléia Geral de Acionistas

Composição com base na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 29 de Abril de 2011, referente ao exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2010.

Composição em 31 de Dezembro de 2010

	<u>Numero de Ações</u>
Numero de Acionistas Pessoas Físicas	982.200
Numero de Acionistas Pessoas Jurídicas	1.267.800
Numero de Investidores Institucionais	-
Numero de Ações em Circulação, por classe e espécie	2.250.000

15.4. Organograma dos Acionistas com mais de 5% do Capital Social

Nossos acionistas controladores diretos e indiretos, bem como nossos acionistas com participação igual ou superior a 5% de ações ordinárias estão identificados nos itens “15.1” acima, razão pela qual não inserimos o organograma neste item.

15.5. Acordos de Acionistas

Na data deste Formulário de Referência, não há acordo de acionista formalizado.

15.6 Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores da Companhia

No dia 26 de Novembro de 2008, faleceu Bernardo H.W. Werner, detentor de 8,86% Ações Ordinárias e 34,79% Ações Preferenciais da Companhia, perfazendo 23,56% das Ações. As Ações do acionista falecido são objeto de processo de inventário até a data atual.

15.7. Outras Informações Relevantes

Não existem outras informações relevantes sobre este item “15”.

16. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

16.1. Descrição das regras, políticas e práticas da Companhia quanto à realização de transações com partes relacionadas

A Lei das S.A. proíbe conselheiros e diretores de:

- i) realizar qualquer ato gratuito com a utilização de ativos da companhia, em detrimento da companhia;
- ii) receber, em razão de seu cargo, qualquer tipo de vantagem pessoal direta ou indireta de terceiros, sem autorização constante do respectivo estatuto social ou concedida através de assembléia geral; e
- iii) intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da companhia, ou nas deliberações que a respeito tomarem os demais conselheiros.

16.2. Informações sobre as transações com partes relacionadas que devam ser divulgadas nas demonstrações financeiras individuais ou consolidadas da Companhia e que tenham sido celebradas nos últimos 3 exercícios sociais ou estejam em vigor

A Companhia para exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2010 celebrou contrato de garantias e avais com a Companhia Werner S/A, que se estabelece da seguinte forma:

A Companhia celebrou com a empresa Werner S.A. Agricultura, Indústria e Comércio, a prestação remunerada de fiança, aval e outras avenças, até o limite de R\$ 80.000 mil. Em 31 de Dezembro de 2010, o montante de operações contratadas pela Companhia, garantido pela avalista/fiadora, é de R\$ 53.525 mil. Para 2010, a Companhia pagou à avalista/fiadora, a título de remuneração, a importância de R\$ 342 mil, registrado na demonstração do resultado sob a rubrica "Outras despesas operacionais".

Instituições Privadas e Publicas	n.º Contrato	31/12/2010(*)
Credibanco Sandanter	583.00.2007.111194-0	15.795
PRODEC	003/06	5.110
Safra - Mutuo	129.073-8/251-0/252-8	7.243
Safra - Limite de Credito Especial	contrato em outubro 09	500
Itau - Capital de Giro	4585097	1.801
Bradesco - Capital de Giro	a registrar	2.475
Bradesco - Cambio Exportação	210901037	3.775
Bradesco – Capital Fixo	2686364	2.193
Bradesco – Exicim BNDES	-	7.276
Sabra Cayman	GCB – 824/10	6.256
FINIMP Sabra	GCB – 696/10	1.101
		53.525

(*)Tabela acima expresso em milhares de reais

16.3. Em relação a cada uma das transações ou conjunto de transações mencionadas no item 16.2 acima ocorridas no último exercício social: (a) Identificação das medidas para tratar de conflito de interesses; e (b) demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

Quanto as medidas para tratar conflito de interesses, a Companhia adota práticas de governança corporativa e aquelas recomendadas e/ou exigidas pela legislação, incluindo as previstas no Regulamento da CVM. Ao Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, é submetida a decisão acerca de todas as operações da Companhia, conforme competência descrita pelo Estatuto Social da Companhia vigente. Assim, todas as operações da Companhia, especialmente aquelas que se deram com partes relacionadas, foram devidamente submetidas aos órgãos decisórios da companhia a que estavam subordinadas, conforme regras vigentes.

Quanto ao caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou pagamento compensatório adequado, a Companhia mantém com partes relacionadas apenas o contrato de prestação de aval e fiança com a Companhia Werner S/A, remunerado conforme quesito 16.2.

17. CAPITAL SOCIAL

17.1. Composição do Capital Social

A Companhia possui ações ordinárias e preferências, conforme tabela abaixo nosso capital esta composto de:

Capital - em milhões de Reais

Espécie	Emitido	Subscrito	Integralizado	A Integralizar	Autorizado (*)	Concebíveis em Ações	Conversão
Ações Ordinárias	3,7	3,7	3,7	-	975.000	-	-
Ações Preferenciais	4,9	4,9	4,9	-	1.275.000	-	-
Total	8,6	8,6	8,6	-	2.250.000	-	-

(*) Em número de ações, autorizado pela AGO de 29/04/2011.

17.2. Aumento de Capital

O capital social poderá ser aumentado nos termos do Artigo n.º168 da Lei 6.404/76, mediante deliberação do Conselho de Administração, até o limite máximo de 2.925 mil de ações, podendo emitir até 675 mil ações preferenciais da mesma classe existente.

Não houve aumento de capital nos exercícios encerrados em 31 de Dezembro de 2008, 2009 e 2010.

17.3. Desdobramentos, Grupamentos e Bonificações

Não houve desdobramentos, grupamentos e bonificações nos exercícios encerrados em 31 de Dezembro de 2008, 2009 e 2010.

17.4. Reduções do Capital Social

Não houve redução de capital nos exercícios encerrados em 31 de Dezembro de 2008, 2009 e 2010.

17.5. Outras Informações Relevantes

Não existem outras informações relevantes sobre este item “17”.

18. VALORES MOBILIÁRIOS

18.1. Descrever os direitos de cada classe e espécie de ação

a. Direito a Dividendos

Em cada Assembléia Geral Ordinária, o Conselho de Administração deverá fazer uma recomendação acerca da destinação do lucro líquido que tivermos apurado no exercício anterior e a distribuição de dividendos aos nossos acionistas, com base em nossas demonstrações financeiras anuais. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, o lucro líquido de uma companhia é definido como o resultado do exercício que remanescer depois de deduzidos os prejuízos acumulados de exercícios sociais anteriores, a provisão para o imposto de renda, contribuição social e quaisquer valores destinados ao pagamento de participações estatutárias de empregados e administradores.

Dividendo Obrigatório

A Lei das Sociedades por Ações permite que o Estatuto Social de cada companhia especifique o percentual mínimo disponível do valor a ser distribuído aos acionistas como dividendos, que pode também ser pago sob a forma de juros sobre o capital próprio. O dividendo obrigatório é baseado na porcentagem do lucro líquido ajustado, não inferior a 25% (vinte e cinco por cento), em vez de um valor monetário fixo por ação.

De acordo com nosso Estatuto Social, o saldo de lucro líquido do exercício social após deduzida as participações aos administradores, deve ser destinados da seguinte forma:

- a) 5% para a constituição da reserva legal, até que esta atinja a 20% do capital social;

- b) no mínimo 25% para a distribuição dos dividendos obrigatórios entre os acionistas, na proporção das ações de cada um;
- c) o saldo terá a destinação que a Assembléia Geral Ordinária determinar.

No capítulo II de nosso Estatuto Social, estipula que, as ações preferências gozarão do direito de voto, respeitadas, no entanto, as disposições da Lei, bem como as:

- a) direito ao recebimento de dividendos, por ações preferências, pelo menos 10% maior que as atribuídas a cada ação ordinária;
- b) preferência, em caso de liquidação da sociedade, no reembolso do capital social;
- c) se a Companhia deixar transcorrer três exercícios consecutivos sem a distribuição dos dividendos acima, as ações preferenciais adquirirão o direito de voto, direito esse que perderão quando forem distribuídos dividendos.

A Lei das Sociedades por Ações, no entanto, permite que suspendamos a distribuição obrigatória de dividendos de qualquer exercício social caso o Conselho de Administração informe à Assembléia Geral de Acionistas.

Tal suspensão está sujeita à revisão do Conselho Fiscal, e aprovação pela Assembléia Geral de Acionistas. No caso de uma sociedade de capital aberto, o Conselho de Administração deve registrar uma justificativa para tal suspensão na CVM dentro de cinco dias da realização da Assembléia Geral de Acionistas. Os dividendos não distribuídos por causa da suspensão devem ser destinados a uma reserva especial. Se não absorvido pelos prejuízos subsequentes, esse montante deverá ser pago na forma de dividendos assim que a condição financeira da empresa permitir.

Distribuição de Dividendos

A Lei das Sociedades por Ações, determina que devemos realizar uma Assembléia Geral Ordinária até 30 de abril de cada ano, na qual, entre outras matérias, os acionistas devem decidir sobre a distribuição dos dividendos anuais. Qualquer titular do registro de ações no momento da declaração dos dividendos tem direito a receber tais dividendos. Os dividendos sobre ações mantidas por depositários são pagos ao depositário para distribuição aos acionistas.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, os dividendos devem geralmente ser pagos ao titular dentro de 60 (sessenta) dias depois de o dividendo ter sido declarado, exceto se os acionistas optarem por uma outra data de pagamento, o que, em ambos os casos, deve ocorrer antes do término do exercício social no qual tal dividendo foi declarado. Dividendos atribuídos a acionistas e não reclamados não renderão juros nem serão passíveis de correção monetária e prescreverão por decurso de prazo em favor da

Companhia, após decorrido três anos a partir da data em que forem colocados à disposição dos acionistas.

Os acionistas têm prazo de três anos, contados da data de pagamento de dividendos, para reclamar dividendos (ou pagamentos de juros sobre o capital próprio) referentes às suas ações, após o qual o valor dos dividendos não reclamados reverterá em nosso favor.

Juros sobre Capital Próprio

A distribuição de juros sobre o Capital Próprio, é regido pela legislação tributária brasileira em vigor, a partir de 1º de janeiro de 1996, as companhias estão autorizadas a distribuir juros sobre o capital próprio ao invés de dividendos e tratar tais pagamentos como despesas dedutíveis para fins de imposto de renda e, a partir de 1997, também para fins de contribuição social.

O pagamento desses juros pode ser feito a critério do Conselho de Administração, sujeito à aprovação na Assembléia Geral de Acionistas. Tais juros estão limitados à variação diária da Taxa de Juros a Longo Prazo (TJLP) pro rata, não podendo exceder o maior de:

- i) 50% de nosso lucro líquido (após a dedução de provisões para contribuição social incidente sobre o lucro líquido, mas sem levar em conta a provisão para imposto de renda e juros sobre o capital próprio) do período com relação ao qual o pagamento for efetuado; e
- ii) 50% dos lucros acumulados e reservas de lucro no início do exercício fiscal em relação ao qual o pagamento for efetuado.

O valor pago a título de juros sobre o capital próprio, líquido de IRRF, poderá ser imputado como parte do valor do dividendo obrigatório.

Para fins contábeis, embora deva ser refletido na demonstração do resultado para ser passível de dedução, o encargo é revertido antes do cálculo do lucro líquido das demonstrações financeiras estatutárias e deduzido do patrimônio líquido de forma semelhante ao dividendo.

Política de Dividendos

Nosso Conselho de Administração recomendará à Assembléia Geral de Acionistas que distribua, em cada exercício, dividendos e/ou juros sobre o capital próprio em valor mínimo equivalente a 25% do nosso lucro líquido ajustado, calculado em conformidade com os artigos 189 e seguintes da Lei das Sociedades por Ações, as práticas contábeis brasileiras e as regras da CVM, preferencialmente mediante duas distribuições por exercício.

Não obstante a distribuição de dividendos acima referida, poderemos distribuir dividendos ou juros sobre o capital em montante inferior a 25% (vinte e cinco por

cento) do nosso lucro líquido ajustado em qualquer exercício, deste que atendidos pelo Estatuto Social.

Não houve distribuição de dividendos relativos aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2008, 2009 e 2010.

A Assembléia Geral Ordinária realizada em 29 de Abril de 2011 aprovou a destinação do lucro líquido do exercício de 2010 da Companhia para absorção dos prejuízos acumulados.

b . Direito a Voto

Cada ação ordinária confere ao respectivo titular direito a um voto em qualquer Assembléia Geral de acionistas da Companhia. As ações preferenciais, conforme Artigo 5º do Estatuto Social, passaram a ter direito a voto após o terceiro exercício sem a distribuição de dividendos, o que aconteceu há mais de 15 anos.

c. Conversibilidade em outra classe ou espécie de ação

A Companhia não possui ações que possam ser convertidas em outras classes ou espécies.

d. Direitos de reembolso de capital

Qualquer um de nossos acionistas dissidente de certas deliberações tomadas em assembleia geral poderá retirar-se da companhia mediante o reembolso do valor de sua ações com base no valor patrimonial, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações.

e. Direito a participação em oferta pública por alienação de controle

Não aplicável a Companhia.

f. Restrições à circulação

Não há qualquer restrição à circulação das ações de emissão da Companhia.

g. Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, não pode-se privar os acionistas dos seguintes direitos:

- (i) Direito a participar da distribuição dos lucros;
- (ii) Direito a participar, na proporção da sua participação no capital social, da distribuição de quaisquer ativos remanescentes na hipótese de liquidação da Companhia;

- (iii) Direito de preferência na subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, exceto em determinadas circunstâncias previstas na Lei das Sociedades por Ações;
- (iv) Direito de fiscalizar, na forma prevista na Lei das Sociedades por Ações, a gestão dos negócios sociais;
- (v) Direito de votar nas assembleias gerais; e
- (vi) Direito a retirar-se da Companhia, nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

h. outras características

Não existem outras características relevantes.

i. emissores estrangeiros

Não aplicável.

18.2. Descrição, se existirem, as regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

Não aplicável.

18.3. Descrição das exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

Não há qualquer exceção ou cláusula suspensiva relativa a direitos patrimoniais ou políticos previstas no Estatuto Social da Companhia.

18.4. A tabela abaixo contém as informações de volume de negociações bem como maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado, em cada um dos trimestres dos 3 últimos exercícios sociais

A tabela abaixo indica as cotações mínima, média e máxima das ações de nossa emissão na BM&FBOVESPA para os períodos indicados:

	Valor por Ação Preferência – EALT4			Valor por Ação Ordinária – EALT3		
	Maximo1	Médio2	Mínimo3	Maximo1	Médio2	Mínimo3
2008						
1 Trimestre	69,80	68,83	67,00	39,99	39,99	39,99

2 Trimestre	56,50	54,70	53,00	39,99	39,99	39,99
3 Trimestre	41,00	39,85	39,00	39,99	39,99	39,99
4 Trimestre	41,98	39,38	39,00	32,00	32,00	32,00
2009						
1 Trimestre	39,90	39,13	39,00	32,00	32,00	32,00
2 Trimestre	31,00	30,78	30,70	50,00	50,00	50,00
3 Trimestre	32,25	31,81	30,80	35,00	35,00	35,00
4 Trimestre	33,70	33,40	32,90	50,00	50,00	50,00
2010						
1 Trimestre	33,40	33,00	32,20	50,00	50,00	50,00
2 Trimestre	28,70	28,00	28,50	30,02	30,02	30,02
3 Trimestre	29,99	27,83	28,61	75,00	75,00	75,00
4 Trimestre	30,00	30,00	29,81	75,00	75,00	75,00

FONTE: site Bovespa.

1) Preço Máximo: Preço máximo da ação em suas transações, no ultimo dia de cada trimestre.

2) Preço Médio: Média do preço de fechamento da ação, no ultimo dia de cada trimestre

3) Preço Mínimo: Preço mínimo da ação em suas transações diárias, no ultimo dia de cada trimestre.

18.5. Descrição de outros valores mobiliários emitidos que não sejam ações

Para este Formulário de Referência a Companhia não emitiu ações e nem um outro tipo de valores imobiliários.

18.6. Mercados brasileiros nos quais nossos valores mobiliários são admitidos à negociação

As ações da Companhia são negociadas na BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores Mercadorias e Futuros sob o código EALT4 para as Ações Preferências e EALT3 para as Ações Ordinárias.

18.7. Classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros

A Companhia não possui valores mobiliários negociados em mercados estrangeiros.

18.8. Descrição das ofertas públicas de distribuição efetuadas pela Companhia ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários da Companhia

Para este Formulário de Referência a Companhia não efetuou oferta pública de distribuição de valores mobiliários.

18.9. Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pela Companhia relativas a ações de emissão de terceiro

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não havia realizado ofertas públicas de aquisição relativas a ações de emissão de terceiro.

18.10. Outras Informações Relevantes

Não existem outras informações relevantes, além das que já foram mencionadas acima.

19. PLANOS DE RECOMPRA E VALORES MOBILIÁRIOS EM TESOURARIA

19. PLANOS DE RECOMPRA E VALORES MOBILIÁRIOS EM TESOURARIA

19.1. Planos de recompra e valores mobiliários em tesouraria

Nosso Estatuto Social não autoriza o nosso Conselho de Administração a aprovar a compra, pela nossa Companhia, de ações de nossa própria emissão para cancelamento ou manutenção em tesouraria para posterior alienação.

19.2. Movimentação de valores mobiliários mantidos em tesouraria

Não possuímos ações em tesouraria.

19.3. Valores mobiliários mantidos em tesouraria

Na data do presente Formulário de Referência, bem como nos três últimos exercícios sociais, não possuíamos ações em tesouraria.

19.4. Outras Informações Relevantes

Não existem outras informações relevantes sobre este item “19”.

20. POLÍTICA DE NEGOCIAÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

20.1. Política de negociação de valores mobiliários de emissão da Companhia pelos acionistas controladores, diretos ou indiretos, diretores, membros do conselho de administração, do conselho fiscal e de qualquer órgão com funções técnicas ou consultivas, criado por disposição estatutário.

A Companhia não possui política de negociação de valores mobiliários, limitando-se a obedecer os ditames legais e as determinações da CVM.

20.2. Outras Informações relevantes

Para este Formulário de Referência, não existem informações para este quesito

21. POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES

21.1. Descrição de normas, regimentos ou procedimentos internos adotados pela Companhia para assegurar que as informações a serem divulgadas publicamente sejam recolhidas, processadas e relatadas de maneira precisa e tempestiva

Vide item 21.2. abaixo.

21.2. Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante adotada pela Companhia, indicando os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas

É prática da Companhia informar à CVM e à BM&FBOVESPA a ocorrência de qualquer ato ou fato relevante que diga respeito aos negócios da mesma. A Instrução CVM 358/02 dispõe sobre a divulgação e uso de informações sobre ato ou fato relevante relativo às companhias abertas, regulando o seguinte:

- i) estabelece o conceito de fato relevante, estando incluído nesta definição qualquer decisão de acionistas controladores, deliberação de Assembléia Geral ou dos órgãos da administração de companhia aberta, ou qualquer outro ato ou fato de caráter político-administrativo, técnico, negocial ou econômico-financeiro ocorrido ou relacionado aos negócios da companhia, que possa influir de modo ponderável na:
 - a) cotação dos valores mobiliários;
 - b) decisão de investidores em comprar, vender ou manter tais valores mobiliários; e
 - c) na decisão dos investidores de exercer quaisquer direitos inerentes à condição de titulares de valores mobiliários emitidos pela companhia;
- ii) dá exemplos de ato ou fato potencialmente relevante que incluem, entre outros, a assinatura de acordo ou contrato de transferência do controle acionário da companhia, ingresso ou saída de sócio que mantenha com a companhia contrato ou colaboração operacional, financeira, tecnológica ou administrativa, incorporação, fusão ou cisão envolvendo a companhia ou sociedades ligadas;
- iii) obriga o diretor de relações com investidores, os acionistas controladores, diretores, membros do Conselho Fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas a comunicar qualquer fato relevante à CVM;
- iv) requer a divulgação simultânea de fato relevante em todos os mercados onde a companhia tenha as suas ações listadas para negociação;

- v) obriga o adquirente do controle acionário de companhia aberta a divulgar fato relevante, incluindo a sua intenção de cancelar o registro de companhia aberta no prazo de 1 (um) ano da aquisição;
- vi) estabelece regras relativas à divulgação de aquisição ou alienação de participação relevante em companhia aberta; e
- vii) restringe o uso de informação privilegiada. Nos termos da Instrução CVM 358/02, em circunstâncias excepcionais, podemos submeter à CVM um pedido de tratamento confidencial com relação a um ato ou fato relevante, quando nossos acionistas controladores ou nossos administradores entenderem que a divulgação colocaria em risco interesse legítimo da nossa Companhia.

No tocante aos mecanismos internos estabelecidos para a manutenção do sigilo das informações relevantes não divulgadas, a Companhia implementou a obrigatoriedade da assinatura de termos de confidencialidade por todos os seus colaboradores que tenham acesso a tais informações, bem como aos seus prestadores de serviços e membros da Administração.

21.3. Administradores Responsáveis pela Política de Divulgação de Informações.

Diretor de relações com o mercado, Sr. Cacídio Girardi.

21.4. Outras Informações Relevantes

Não existem outras informações relevantes sobre este item “21”.

22. NEGÓCIOS EXTRAORDINÁRIOS

22.1. Indicar a aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos nossos negócios

Em janeiro e fevereiro de 2008 a companhia consolidou a compra da de terras localizadas no Município de Barra Velha neste Estado de Santa Catarina. Em 2008, a Companhia pagou pela aquisição dos imóveis o montante de R\$ 10.201 mil (2007 - R\$ 390 mil, a título de adiantamento). Adicionalmente, a Companhia investiu o montante de R\$ 415 mil, em projetos para construção da nova unidade fabril.

22.2. Indicar alterações significativas na forma de condução dos nossos negócios

Não houve qualquer alteração significativa na forma de condução dos negócios da Companhia.

22.3. Identificar os contratos relevantes celebrados pela Companhia e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

conforme quesito 22.1

22.4. Outras Informações Relevantes

Não existem outras informações relevantes sobre este item “22”.